



**DIRETRIZES  
PARA A  
ORGANIZAÇÃO  
DO TRABALHO  
PEDAGÓGICO  
NA SEMESTRALIDADE:  
ENSINO MÉDIO**

Secretaria de Estado de  
Educação do Distrito Federal



**GDF**

**DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DO  
TRABALHO PEDAGÓGICO NA SEMESTRALIDADE:  
ENSINO MÉDIO**

**Governador do Distrito Federal**

Agnelo Queiroz

**Vice-Governador do Distrito Federal**

Tadeu Filippelli

**Secretário de Estado de Educação**

Marcelo Aguiar

**Secretário Adjunto de Estado de Educação**

Jacy Braga Rodrigues

**Subsecretária de Educação Básica**

Edileuza Fernandes da Silva

**Coordenadora Do Ensino Médio**

Cristhian Spindola Ferreira

## **Equipe Técnica**

Caroline Rodrigues Cardoso, Cristhian Spindola Ferreira, Elisângela Teixeira Gomes Dias, Felipe da Cruz Dias, Frank Alves, Gilberto Paulino de Araújo, Jusmar Antônio de Oliveira, Kalley Gean Costa Brito, Kelly Cristina de Almeida Moreira, Lúcia Cristina da S. Pinto, Maria de Fátima de S. Rocha, Samara Nery de Oliveira Almeida e Simone de Almeida Alves de Souza, Telma Litwinczik.

## **Colaboradores**

Adriana Aparecida B. R. Matos, Adriana Helena Pereira, Amauri dos Santos, Andréia C. Tavares, Andreia Lopes Leite, Aparecida Donizeth Ferreira de Sá, Bartolomeu Dias Novais, Bento Alves dos Reis, Cilene Vilarins, Cláudia Moreira do Amaral, Cornélio José de Santiago Filho, Cristiano L. da S. Pinto, Cristino Cesário Rocha, Cynthia Cibele Vieira, Déborah C. De M. Oliveira, Denise Bontempo, Divaldo de Oliveira, Edivaldo Monte dos Santos, Emerson Gomes Cardoso, Fabíola Gontijo Cardoso, Fred Viana, Gilberto A. Cordeiro, Gilda das Graças Silva, Glauci Leanderson Machado Palm, Ivani Carvalho da Silva, Jamile Baccoli Dantas, João José Carneiro Alvarenga, José Maria Ferreira de Farias, José Gadêcha, Lázaro Henrique Felix, Leonardo Siqueira Familiar, Luis Gustavo F. Venturelli, Luzia Inácio Dias, Maria de Deus C. R. Faria, Maria Rosane S. Campelo, Madalena Guedes Sales, Maria da Paz B. Paes Leme, Maria do Rosário C. Rocha, Maria Rosane Soares Campelo, Max Wender P. Souza, Míriam C. M. Miranda, Noêmia Maria Jacinto, Oglá G. S. Uchigasaki, Patrícia Resende Pereira, Paula Ziller, Paulo Ricardo Menezes, Rafael Torouco Saldanha, Renata Azambuja, Renata Queiroz Moura Araújo, Rita de Cássia E. dos Santos, Robson Luiz Alves de Lima, Ronilson de Oliveira Silva, Roseli de Melo, Sandra Souza da Silva, Sayd Macedo, Shirley V. Piedade, Soraya Lasse, Tatiana S. B. Ferreira, Valéria L. Barbosa, Vera Lúcia S. Souza, Viviane Almeida, Viviane Calasans de Mello Caldeira e Wagner de Oliveira Pequeno.

## **Revisão Final**

Edileuza Fernandes da Silva

## **Capa e diagramação**

Eduardo Silva Ferreira

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	06
1. SEMESTRALIDADE NO ENSINO MÉDIO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA .....	08
2. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA SEMESTRALIDADE: OUTRA RELAÇÃO TEMPO-ESPAÇO .....	14
3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA SEMESTRALIDADE .....	21
3.1 Reestruturação curricular na organização semestral: ressignificação do tempo escolar .....	22
3.2 Fortalecimento dos espaços da Coordenação Pedagógica e do Conselho de Classe: espaço-tempo para organização do trabalho pedagógico .....	28
3.3 Estratégias de ensino-aprendizagem .....	30
3.3.1 Estratégias de reagrupamentos interclasse e intraclasse .....	35
3.3.2 Projeto Interventivo .....	38
3.3.3 Contrato didático .....	39
3.3.4 Tecnologias da comunicação e informação: letramento científico .....	40
3.3.5 Atividades diversificadas de ensino-aprendizagem: técnicas de ensino .....	43
3.4 Avaliação da aprendizagem na semestralidade .....	49
3.4.1 Avaliação diagnóstica .....	51
3.4.2 Autoavaliação .....	53
3.4.3 A prática do <i>feedback</i> na avaliação .....	54
3.5 Instrumentos/Procedimentos Avaliativos .....	54
3.5.1 Recuperação Contínua .....	57
3.5.2 Conselho de Classe .....	60

4. ASPECTOS OPERACIONAIS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM SEMESTRES .....	64
4.1 Matrícula .....	64
4.2 Registros de avaliação na semestralidade .....	65
4.3 Estudos de Recuperação .....	67
4.4 Progressão Parcial em Regime de Dependência .....	69
4.5 Promoção .....	70
4.6 Transferência .....	70
5. PAPÉIS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SEMESTRALIDADE .....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS .....	79
Apêndice A .....	84
Apêndice B .....	85
Anexo 1 .....	90
Anexo 2 .....	91

## APRESENTAÇÃO

A busca pela melhoria da qualidade da Educação Básica, em âmbito nacional, tem gerado políticas públicas que indicam um novo posicionamento governamental nas últimas décadas, como revelam as inúmeras ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação (MEC): Programa Dinheiro Direto na Escola (1995), Reformulação do Programa Nacional do Livro Didático (2002), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (2006), Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), Programa Ensino Médio Inovador (2009), Plano Nacional de Educação (2011-2020) e Plano de Ações Articuladas (2012).

Em consonância com essas políticas governamentais, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, e o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014 - meta 3) preveem a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, assim como elevar a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%, até o final do período de vigência deste PNE.

Na mesma direção, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) também vem desenvolvendo ações com vistas à melhoria da qualidade do Ensino Médio, tais como a instituição do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF, em 2008, a Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF - 4.751/2012 - e a reformulação do Currículo em Movimento da Educação Básica, no ano de 2014.

Alinhada às discussões nacionais e às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2012) que estabelecem a necessidade de reformulação dessa etapa, a SEEDF propõe outras formas de organização de tempos e espaços escolares. Com isso, implantou em 2013, em caráter de adesão, a Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas Públicas de Ensino Médio em Semestres (Semestralidade).

A Semestralidade objetiva a reorganização dos tempos e espaços escolares, favorecendo as aprendizagens dos estudantes no Ensino Médio e consolidando novos conhecimentos que visam ao desenvolvimento do senso crítico e da autonomia intelectual.

Desse modo, e em conformidade com o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, a Secretaria de Estado de Educação (Subsecretaria de Educação Básica - SUBEB/Coordenação de Ensino Médio e a Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação - SUPLAV/Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino) apresenta as **Diretrizes para a organização do trabalho pedagógico em semestres (Semestralidade)**, fruto da construção coletiva nos espaços-tempos do Fórum Permanente da Semestralidade.

Ao apresentar estas Diretrizes, a Secretaria de Educação reafirma seu compromisso com a construção de uma educação integral pública e democrática, que possibilite a todos os estudantes a formação crítica e emancipadora necessária à transformação social. Por isso, a intenção é que as proposições aqui expressas sejam materializadas no cotidiano escolar, por meio de ações, reflexões e avaliações sustentadas pela Pedagogia Histórico-Crítica e pela Psicologia Histórico-Cultural, articuladas aos projetos político-pedagógicos das Unidades Escolares.

**EDILEUZA FERNANDES DA SILVA**  
SUBSECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**CRISTHIAN SPINDOLA FERREIRA**  
COORDENADORA DO ENSINO MÉDIO



## 1. SEMESTRALIDADE NO ENSINO MÉDIO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

O Ensino Médio organizado em semestres nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal ampara-se legalmente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece, em seu art. 205, o direito de todos à educação, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) traz também princípios norteadores para o ensino. Entre eles, destacam-se: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e reconhecimento pluricultural e multiétnico, devendo-se romper com políticas homogeneizadoras, universais e de assimilação. No inciso VI, do referido artigo, a Constituição defende o princípio da gestão democrática, e, conseqüentemente, a autonomia pedagógica para os sistemas de ensino, o que inclui a possibilidade de propor a forma de organização da educação básica, perspectiva reforçada pelo art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9394/96):

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996, art. 23).

Tais possibilidades de organização são reforçadas no Ensino Médio pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da publicação da Resolução nº 02, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no inciso I do art.14.

Já na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação, o Ensino Médio é contemplado pela meta 3, e as estratégias 3.11 e 3.12 descrevem a necessidade de redimensionar e desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Médio.

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012, dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, estabelecendo que:

Art. 4º: Cada unidade escolar formulará e implementará seu Projeto Político-Pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Parágrafo único. Cabe à unidade escolar, considerada sua identidade e a de sua comunidade escolar, articular o Projeto Político-Pedagógico com os planos nacional e distrital de educação (DISTRITO FEDERAL, 2012a).

Os Sistemas de Ensino e as Unidades Escolares encontram respaldo na legislação vigente para decidir pela forma de organização escolar. No Distrito Federal, a semestralidade é a opção teórico-metodológica alternativa à clássica seriação no Ensino Médio, aprovada no Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), em 03 de dezembro de 2013, pelo Parecer 229/2013.

Esse arcabouço legal permeia um sistema de ensino caracterizado por grandes desafios de acesso e qualidade da educação brasileira, e o Ensino Médio insere-se nesse contexto, necessitando de especial atenção. Tal fato é evidenciado por alguns indicadores educacionais, como o Índice da Educação Básica - IDEB/2013, no qual o Ensino Médio alcançou 3.7, abaixo da meta projetada pelo Ministério da Educação, que era de 3.9

para o referido ano (BRASIL, 2013a).

No Distrito Federal, o Censo Escolar da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2013) aponta 80.832 matrículas no Ensino Médio, distribuídas em 87 Unidades Escolares, incluídos os estudantes dos turnos diurno e noturno. Desse total, 56,47% foram aprovados sem dependência, 16,43% foram aprovados com dependência, 18,1% foram reprovados e 8,8% abandonaram a escola. Em 2013, o IDEB do Ensino Médio do Distrito Federal apresentou avanços em relação a 2011, uma vez que o índice aumentou de 3.1 para 3.3. Contudo, manteve-se ainda abaixo da meta projetada para 2013, que era de 3.6 (BRASIL, 2014).

Cabe ressaltar que a melhoria dos indicadores educacionais dessa etapa passa, também, por um profundo entendimento do sujeito do Ensino Médio, jovens brasileiros caracterizados pela fase das experimentações em todas as dimensões da vida subjetiva e social.

O jovem torna-se capaz de refletir e de se ver como um indivíduo que participa da sociedade, que recebe e exerce influências, fazendo com que esse momento da juventude seja, por excelência, do exercício da inserção social. Esse período pode ser crucial para que ele se desenvolva plenamente como adulto cidadão, sendo necessários tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem que cada um experimente e desenvolva suas potencialidades (DAYRELL; CARRANO; MAIA, 2014, p. 122).

Tendo como base a dificuldade em alcançar as metas projetadas do IDEB pelo Ministério da Educação (MEC), a complexidade do sujeito do Ensino Médio e os índices de evasão e retenção, que ainda se apresentam altos, percebe-se a necessidade de elaborar propostas pedagógicas voltadas para a reorganização dessa etapa.

Assim, em 2011, a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) da SEEDF iniciou um processo de revisão do currículo da Rede Pública de Ensino. O Ensino Médio passou, então, a ter um fórum específico de discussão, onde foram apontadas necessidades de mudanças, entre elas, uma nova organização do espaço e tempo escolar.

Estabelecidas essas demandas, em 2012, a Coordenação de Ensino Médio (COEMED) passou a realizar inicialmente estudos em relação ao Ensino Médio noturno. Surgiu na época a possibilidade de implantação da semestralidade no ensino regular noturno e verificou-se que essa organização já havia sido adotada no Centro Educacional 13 de Ceilândia (atual Centro Educacional 11), na gestão 1995-1999. Também foi identificado que no Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco, no Paraná e no Mato Grosso existem projetos de semestralidade em funcionamento. No Ceará, essa organização acontece, no turno diurno, desde 2000, na escola Tenente Mário Lima, e desde 2005, no Liceu de Maracanaú<sup>1</sup>.

Em agosto de 2012, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a implantação da semestralidade nas escolas públicas de Ensino Médio regular noturno no Distrito Federal. Esse grupo se constituiu, mais tarde, como um curso coordenado pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE) e pela Coordenação de Ensino Médio (COEMED), com a participação de alguns coordenadores intermediários de Ensino Médio, gestores das Unidades Escolares e professores formadores da EAPE.

---

1 - O Liceu de Maracanaú foi objeto de estudo da tese de doutorado da professora Jeanette Ramos (2009). Na referida pesquisa, é explicitado que, com a implementação da semestralidade, a escola replanejou suas ações pedagógicas que, posteriormente, refletiram nos indicadores educacionais. Por exemplo, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), é a melhor escola pública do município e a 9ª do Estado e, em relação ao desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Seduc-CE (SPAECE), suas médias de matemática e português são maiores que as médias estaduais.

A partir da formação desse grupo, a proposta para implantação da semestralidade foi organizada. Cada tema discutido com os gestores era apresentado posteriormente aos professores nas coordenações pedagógicas das escolas. No encontro subsequente, os gestores traziam ao grupo as ideias propostas pelos professores. Durante essas reuniões, alguns gestores manifestavam desejo de implantar a semestralidade também no diurno.

Em 26 de novembro de 2012, a SEEDF apresentou, como política pública, a organização do Ensino Médio em semestres. De novembro a dezembro de 2012 e em março de 2013, aconteceram plenárias nas 14 Coordenações Regionais de Ensino (CRE) para apresentação da política aos professores e às equipes gestoras das escolas.

Além disso, ocorreram conferências públicas nas Unidades Escolares que ofertam o Ensino Médio no Distrito Federal, entre os dias 30/10/2013 e 19/11/2013, para esclarecimentos aos estudantes e professores, à sociedade civil, aos conselhos escolares, às entidades sindicais, às associações de pais e mestres, ao movimento estudantil, à Promotoria de Educação do DF, como previsto pela Lei de Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino do DF (Lei nº 4751/2012), sobre a organização escolar em semestres no Ensino Médio. Como resultado inicial, 43 escolas aderiram à semestralidade, do total de 87 escolas de Ensino Médio do DF.

Em 3 de dezembro de 2013, por meio do Parecer nº 229, do Conselho de Educação do Distrito Federal, foi aprovado o projeto da Organização Escolar em Semestres para o Ensino Médio. Tal parecer foi confirmado pela publicação da Portaria nº 314, de 30 de dezembro de 2013.

No referido parecer, foi solicitado o envio de relatórios

periódicos com informações qualitativas e quantitativas, com o objetivo de avaliar e de acompanhar a implementação da Semestralidade nas Unidades Escolares de Ensino Médio. O primeiro Relatório<sup>2</sup> apresentado ao Conselho de Educação demonstrou, com base nos dados do Censo Escolar, que houve melhoria nos índices de aprovação, reprovação e abandono escolar. Além disso, também foi evidenciado, com base em questionários aplicados aos professores e gestores dessas Unidades Escolares, que a proposta da Semestralidade contribuiu para a ressignificação da organização do trabalho pedagógico.

Tais informações indicam que a organização do trabalho pedagógico em semestres favorece o processo de ensino-aprendizagem e, em conjunto com outras ações articuladas, constitui uma importante estratégia para favorecer a qualidade da educação no Ensino Médio.

---

2 - Relatório apresentado ao Conselho de Educação do Distrito Federal, em 24 de julho de 2014.

## 2. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA SEMESTRALIDADE: OUTRA RELAÇÃO TEMPO-ESPAÇO

A Semestralidade é uma proposta pedagógica de reorganização dos tempos historicamente organizados em séries anuais. Tem como pressupostos básicos a formação integral dos estudantes, o respeito a sua condição subjetiva, suas experiências e saberes. Esta reorganização requer processos ativos para promoção da aprendizagem por meio de “dispositivos de diferenciação pedagógica” que, para Cortesão (2006, p. 82), são “caracterizados por relacionar os saberes curriculares com problemas sentidos e com valores, problemas e conhecimentos que os alunos possuem, decorrentes de sua socialização no grupo de origem”. São dispositivos que visam favorecer a construção de aprendizagens mais significativas<sup>3</sup>, a partir da abertura da cultura acadêmica erudita às culturas locais, contribuindo para que os estudantes possam desenvolver-se criticamente em relação aos contextos social e de trabalho.

Na Semestralidade, o regime de oferta do Ensino Médio permanece anual, com apenas um momento de matrícula do estudante no início do ano letivo, e a organização do trabalho pedagógico em dois semestres. A reorganização dos tempos e espaços de formação é um dos aspectos fundantes dessa proposta e visa dar novo sentido à forma fragmentada e linear como os conhecimentos têm sido trabalhados ao longo do tempo. Na escola de Ensino Médio, encontra-se a dimensão de tempo expressa na organização da rotina de tempos de aulas de 50 minutos, em espaços convencionais ou não, descanso e alimentação. A compreensão dos profissionais e estudantes sobre o sentido desse tempo e a disposição em transformá-

---

3 - A aprendizagem significativa é discutida por Sánchez Iniesta (1995), a partir das ideias de Ausubel. Nelas, as aprendizagens dos estudantes incorporam-se a sua estrutura de conhecimentos de modo significativo, ou seja, aos conhecimentos prévios, seguindo uma lógica com sentido e não arbitrariamente.

lo qualitativamente repercutem na organização do processo didático em que se desenvolvem o ensino, a aprendizagem, a pesquisa e a avaliação.

Promover as aprendizagens dos estudantes é o principal objetivo da escola. Para isso, esta precisa organizar-se em torno desse propósito, diversificando seus tempos, potencializando o uso dos espaços disponíveis para atender às necessidades formativas dos estudantes. No Ensino Médio, o estudante apresenta um perfil heterogêneo, de transição da adolescência para a vida adulta, com expectativas de continuidade dos estudos na educação superior ou de inserção no mundo do trabalho.

É importante ressaltar que a unidade escolar deverá explicitar, em seu Projeto Político-Pedagógico, que adota a organização escolar em semestres (Semestralidade), apontando suas características pedagógicas e estruturais e a proposta de organização do trabalho pedagógico e curricular.

Quanto ao espaço escolar, este precisa ser compreendido para além “de um continente planejado a partir de pressupostos exclusivamente formais, no qual se situam os atores que intervêm no processo de ensino-aprendizagem para executar um repertório de ações” (ESCOLANO, 2001, p. 26). O uso das salas de aula, laboratórios, quadras, auditórios, bibliotecas, pátios deve ser discutido, planejado, transformado em espaços favoráveis ao desenvolvimento da formação integral dos estudantes.

Na Semestralidade, é necessário considerar a organização do tempo e do espaço como integrantes do Projeto Político-Pedagógico, a partir do estudo da realidade e ou peculiaridade de cada escola e da Rede Pública de Ensino como um todo. Para essa nova organização, os componentes curriculares do



Ensino Médio e suas cargas horárias, previstas nas Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2008), foram divididos em dois Blocos (cf. Quadros 1 e 2) que devem ser ofertados concomitantemente, isto é, em um mesmo semestre devem ser ofertados os dois Blocos.

De maneira mais específica: em uma escola com dez turmas de 1º ano, cinco turmas estarão no Bloco 1 e cinco turmas no Bloco 2. No semestre seguinte, faz-se a reversão da oferta dos Blocos para essas turmas. Esse procedimento garante o processo de transferência de estudantes entre as escolas, exigindo que cada Unidade Escolar tenha um número par de turmas.

Quadro 1: Blocos de componentes curriculares – diurno

Bloco 1	Carga Horária	Bloco 2	Carga Horária
Língua Portuguesa	04	Língua Portuguesa	04
Matemática	03	Matemática	03
Educação Física	02	Educação Física	02
História	04	Geografia	04
Filosofia	04	Sociologia	04
Biologia	04	Física	04
Química	04	Arte	04
Inglês	04	Espanhol	02
Ensino Religioso <sup>4</sup>	01	Ensino Religioso <sup>4</sup>	01
		Parte Diversificada	02
<b>Total semanal</b>	<b>30</b>	<b>Total semanal</b>	<b>30</b>

Fonte: SEEDF, 2012.

4 - Nos Blocos I e II, caso não haja opção por Ensino Religioso, essa carga horária será destinada à Parte Diversificada.

Quadro 2: Blocos de componentes curriculares – noturno

<b>Bloco 1</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Bloco 2</b>	<b>Carga Horária</b>
Língua Portuguesa	04	Língua Portuguesa	04
Matemática	03	Matemática	03
História	04	Educação Física	02
Filosofia	03 <sup>5</sup>	Geografia	04
Biologia	04	Sociologia	04
Química	04	Física	04
Inglês	02	Arte	02
Ensino Religioso <sup>6</sup>	01	Espanhol	02
<b>Total semanal</b>	<b>25</b>	<b>Total semanal</b>	<b>25</b>

Fonte: SEEDF, 2012.

Observa-se nos Quadros 1 e 2 que os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática são oferecidos nos dois Blocos, permanecendo ao longo de todo o ano letivo. Isso ocorre porque a carga horária dessas disciplinas é maior que a das demais, conforme matriz curricular (Anexos 1 e 2).

O componente curricular de Educação Física também é oferecido nos dois Blocos, ao longo de todo o ano letivo, para o turno diurno, considerando que o desenvolvimento da corporeidade aprofunda a percepção sensível do sujeito em relação ao próprio corpo, aspecto importante da formação integral do estudante. No noturno, como a carga horária é menor, esse componente curricular é ofertado apenas no Bloco 2.

5 - Apenas para a 1ª série do Ensino Médio. Nas demais séries, Filosofia terá 04 aulas semanais.

6 - Caso não haja opção por Ensino Religioso, a aula será incorporada à carga horária de Filosofia.

A oferta de Ensino Religioso está presente no turno diurno durante todo o ano letivo; no entanto, ressalta-se que a oferta é obrigatória, mas a matrícula no componente curricular é opcional para o estudante, conforme orienta a LDB (Lei 9394/96 - art. 33). Se a frequência não for opção do estudante, sua carga horária será utilizada para atividades da Parte Diversificada, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2010) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012). No turno noturno, caso haja opção do estudante em cursar o Ensino Religioso, a oferta será apenas para a 1ª série. Em caso de não opção, sua carga horária será redistribuída para o componente curricular de Filosofia.

Essa organização não provoca déficit na carga horária dos estudantes e dos professores, pois atende ao estipulado pela modulação dos docentes e pelas Matrizes Curriculares do Ensino Médio (Anexos 1 e 2).

Em algumas Unidades da Federação que organizam o Ensino Médio em semestres, a divisão dos componentes curriculares se dá por área de conhecimento, isto é, um bloco de componentes da área de exatas e outro de componentes da área de humanas. Na SEEDF, os componentes curriculares não são divididos dessa forma; a expectativa é favorecer o estudo de diversas áreas de conhecimento dentro dos Blocos, romper com as barreiras rígidas entre as áreas e possibilitar maior integração do próprio componente curricular, integração interna e entre componentes curriculares - conforme preconizam os Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014a).

Não há constatação de que a organização dos componentes curriculares em blocos contribua para o esquecimento dos conteúdos trabalhados de um semestre para o outro. O desenvolvimento do trabalho pedagógico, o protagonismo dos estudantes, o maior diálogo entre professor e estudantes, a

avaliação formativa e a autonomia acadêmica repercutem em aprendizagens significativas dos estudantes.

Isto está correto até certo ponto. Apesar do aprendizado concentrado, os estudantes esquecem uma parte; mas esse esquecimento é algo positivo. Enquanto cai dessa forma na inconsciência, a matéria ao tempo amadurece; e quando volta como assunto de época, basta em geral uma curtíssima recordação para que o conteúdo anterior volte à memória. Por sinal, nas escolas tradicionais, onde a matéria é memorizada apenas para ser reproduzida numa sabatina ou num exame, o esquecimento é ainda maior, mesmo quando o ensino se estende o ano todo (LANZ, 1998, *apud* RAMOS, 2009, p. 209).

Na Semestralidade, a carga horária dos componentes curriculares (exceto Português, Matemática e Educação Física) é desenvolvida num mesmo Bloco, com possibilidade de organização de aulas duplas para todos os componentes curriculares e intervalos entre elas. Isso favorece o maior contato do professor com os estudantes, a adoção de metodologias participativas e maior aprofundamento dos conteúdos trabalhados, qualificando o tempo escolar e a relação pedagógica entre professor e estudante, que é sempre mediada pelo conhecimento.

Essa organização demanda dos profissionais e equipes gestoras planejamento curricular sistemático e mais integrado, assim como a adoção de novas estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação. Dos professores, requer pesquisa, estudo, abertura ao diálogo e ao trabalho coletivo. Dos estudantes, requer planejamento dos momentos de estudos, disciplina, autonomia e maior responsabilidade pelas aprendizagens. Das famílias, requer o acompanhamento da vida escolar dos filhos e a compreensão da semestralidade como nova organização de tempo e espaço voltada às especificidades do estudante do Ensino Médio.

A Semestralidade não é um fim em si, mas uma estratégia organizativa alternativa ao modelo tradicional seriado que, conforme apresentado inicialmente, não atende mais ao perfil de estudantes do Ensino Médio, no contexto de uma sociedade da comunicação, da informação e da tecnologia. Para seu êxito, é necessária uma organização articulada do trabalho pedagógico, voltado ao fortalecimento da identidade escolar e dos estudantes.

### 3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA SEMESTRALIDADE

A organização do trabalho pedagógico (OTP) na semestralidade pressupõe a integração de vários aspectos no contexto escolar, como: a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico; a discussão e o planejamento da proposta curricular; a diversificação das estratégias de ensino-aprendizagem; a significação da coordenação pedagógica; a compreensão do papel do conselho de classe como instância avaliadora do trabalho da escola, do professor e das aprendizagens dos estudantes; a adoção de práticas avaliativas com função formativa. A figura 1 ilustra o processo de articulação entre esses elementos.

Figura 1: Organização do trabalho pedagógico na semestralidade



Fonte: SEEDF, 2014.

Esses elementos da organização do trabalho pedagógico se completam e inter-relacionam em oposição a um sistema determinado, hierarquizado e fragmentado de trabalho. Esses elementos serão explicitados a seguir.

### **3.1 Reestruturação curricular na organização semestral: ressignificação do tempo escolar**

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012), no artigo 5º, estabelecem a interdisciplinaridade e a contextualização na organização curricular. Nessa mesma direção, o Currículo em Movimento da Educação Básica, Pressupostos Teóricos e Currículo do Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2014a; 2014b), apresenta como princípios epistemológicos a contextualização e a interdisciplinaridade no tratamento do conhecimento e os conteúdos organizados em dimensões curriculares interdisciplinares, com a matriz curricular dividida em quatorze dimensões por área do conhecimento, definidas a partir da perspectiva geral da Pedagogia dos Multiletramentos.

Essa organização não se efetiva de maneira espontânea na escola. Faz-se necessária a constituição de processos de discussão e planejamento que se iniciam com a construção coletiva de seu Projeto Político-Pedagógico e da proposta de organização curricular como integrante desse projeto.

Para subsidiar a organização da proposta curricular das escolas, a SEEDF propõe o planejamento por unidades didáticas, como uma das possibilidades que pode ser ampliada e ressignificada pelos profissionais, respeitados os pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural que fundamentam o Currículo do Ensino Médio.

Uma unidade didática é planejada com uma série ordenada e articulada de objetivos/conteúdos/atividades que favoreçam a construção do conhecimento, podendo ser pensada para um único componente curricular, para uma área de conhecimento ou ainda para um Bloco da semestralidade, buscando as interações possíveis. A unidade didática pode também promover a integração curricular por meio de temas, problemas ou questões que emergem tanto do contexto social no qual os estudantes estão inseridos, como dos conteúdos propostos.

A elaboração da organização curricular da escola demanda de seus profissionais que se fundamentem teórica e metodologicamente por meio de:

- a. Leituras e estudos dos Pressupostos Teóricos do Currículo da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, 2014a) para o domínio dos fundamentos, concepções e princípios que devem orientar a organização curricular da escola.
- b. Leituras e estudos do Currículo do Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2014b) para a compreensão das dimensões interdisciplinares dos multiletramentos e seus respectivos conteúdos.
- c. Aprofundamento do estudo do Currículo do Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2014b), da área de conhecimento e do componente curricular pelo qual o professor é responsável, objetivando a progressão dos conteúdos de seu componente curricular por Série/Bloco, antes da integração por área ou Bloco.
- d. Discussão coletiva e registro dos procedimentos para a implementação do Currículo do Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2014a) pelos profissionais e estudantes,



observando os objetivos e metas do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar. Alguns aspectos podem contribuir para essa discussão:

- Por que organizar o currículo da escola?
- Em que essa organização contribui para a melhoria do trabalho pedagógico, para a progressão curricular e para a melhoria da qualidade da formação dos estudantes?
- Qual a integração possível do Currículo com programas e projetos institucionais desenvolvidos na Unidade Escolar: Centro de Iniciação Desportiva (CID), Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Cine Mais Cultura e Educação, atendimento nas salas de recursos e orientação educacional, grêmios e educação em tempo integral? Quem coordena essas ações, além dos professores?
- Qual a proposta da unidade escolar para promover a adequação curricular em atendimento aos estudantes da Educação Especial? Quem coordena essa ação, além dos professores? Para promover a adequação curricular, o grupo precisa explicitar a perspectiva de inclusão em todas as áreas de conhecimento. A adequação curricular deve ser prevista nas unidades didáticas e nos planejamentos das aulas, observando a necessidade de o professor recorrer a estratégias de ensino, de aprendizagem e de avaliação diversificadas em respeito às especificidades dos estudantes com Deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento e Altas Habilidades.
- Qual a proposta da unidade escolar para promover a

adequação curricular em atendimento aos estudantes que vieram transferidos de uma unidade escolar que não tem Semestralidade? Quem coordena essa ação?

O planejamento das unidades didáticas requer dos professores conhecimento e compreensão do que propõe o Currículo para seu componente curricular. Isso é base para a organização dos objetivos e conteúdos propostos ano a ano, observando seu nível de profundidade e abrangência, elencando as opções metodológicas mais adequadas para trabalhar os conteúdos, bem como as estratégias de avaliação para a aprendizagem.

Em seguida, observando os princípios da flexibilidade, da relação teoria e prática e interdisciplinaridade curricular (DISTRITO FEDERAL, 2014a, p. 68-70), e de acordo com o Currículo do Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2014b), os professores, em grupos por área de conhecimento ou por Bloco, selecionam os objetivos e conteúdos por um período determinado pelo coletivo (quinzenal, mensal ou bimestral), compondo, assim, unidades didáticas.

Com base nos objetivos e conteúdos organizados progressivamente para compor a unidade didática, os professores com seus pares:

- a. discutem e definem como as dimensões dos multiletramentos, apresentadas no Currículo do Ensino Médio, serão integradas;
- b. analisam a possibilidade de eleger um tema, um problema ou uma questão do contexto social no qual os estudantes e profissionais estão inseridos;
- c. discutem e definem como os eixos integradores do Ensino Médio —ciência, cultura, trabalho e tecnologia —

serão trabalhados a partir dos conteúdos das unidades didáticas;

- d. discutem e definem como os eixos transversais — educação para a diversidade, educação para a sustentabilidade e educação *em e para* os direitos humanos — serão estudados e como o enfoque será dado em cada unidade didática.

O processo de seleção dos objetivos de aprendizagem, dos conteúdos, dos eixos e dos temas favorece o conhecimento, pelos profissionais, do proposto na unidade didática para seu componente curricular e as opções metodológicas e de recursos didáticos, bem como das estratégias de avaliação para aprendizagem e da previsão de cronograma, ao longo do ano ou semestre, de acordo com o calendário escolar.

O processo de seleção das estratégias de ensino-aprendizagem, na unidade didática, deve ser acompanhado, como preconiza a Pedagogia dos Multiletramentos, da escolha de objetos de conhecimento, podendo utilizar as obras indicadas pelo Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília – PAS/UnB. Entretanto, a forma de trabalho ou sequência didática será desenvolvida no planejamento didático dos professores.

Cada unidade didática poderá ser desenvolvida em várias semanas até que se alcancem os objetivos de aprendizagem para cada ano ou semestre. O detalhamento da unidade didática é feito no planejamento das aulas. Para subsidiar o professor, apresenta-se a estrutura de organização das unidades didáticas nas escolas de Ensino Médio no Apêndice A.

Ao planejarem as unidades didáticas, os professores devem observar os níveis possíveis de aprofundamento e abrangência no tratamento dos conteúdos, na perspectiva da progressão

curricular. Conforme os estudantes vão progredindo social e cognitivamente e ampliando suas intervenções sociais, o professor precisa propiciar as condições para que os conteúdos sejam trabalhados de forma contínua e crescente.

Essa tarefa é prerrogativa da Unidade Escolar, pois não é possível idealizar uma progressão curricular sem considerar as necessidades/dificuldades de aprendizagem dos estudantes em seu contexto sócio-histórico, tendo como referência a concepção de avaliação formativa. É a observância a essas questões que torna os novos conhecimentos significativos para os estudantes.

Na progressão curricular, os conteúdos e o avanço entre os Blocos e anos escolares não devem ser vistos como estágios fragmentados, estanques. Alguns conteúdos aparecem frequentemente, mas vão sendo retrabalhados na forma de subtemáticas alinhadas ao progressivo desenvolvimento dos estudantes para tratar das questões envolvidas. Assim, a aprendizagem é cada vez mais ampla e complexa e avança num movimento contínuo, em espiral.

O detalhamento das unidades didáticas é realizado no planejamento das aulas pelo professor. A aula é o espaço-tempo de formação humana, acadêmica e profissional em que se desenvolvem processos de ensinar, aprender e avaliar, pressupondo uma relação fundamental, a relação professor e estudantes, mediada pelo conhecimento. A aula concretiza os objetivos e intencionalidades dos projetos político-pedagógicos das Unidades Escolares e pode desenvolver-se na sala de aula convencional e em espaços não convencionais, como quadras de esportes, museus, cinemas, laboratórios, parques, entre outros.

Como referido anteriormente, as Unidades Escolares que seguem a organização escolar em semestre (Semestralidade) utilizam uma organização em aulas duplas para cada

componente curricular, fato que exige uma organização da aula com um planejamento diversificado de estratégias de ensino-aprendizagem e avaliativas.

### **3.2 Fortalecimento dos espaços da Coordenação Pedagógica e do Conselho de Classe: espaço-tempo para organização do trabalho pedagógico<sup>7</sup>**

Os espaços-tempos de coordenação pedagógica oportunizam reflexões sobre a organização do trabalho pedagógico da escola na perspectiva da coordenação. Essa visão leva à construção de trabalho colaborativo voltado ao desenvolvimento da escola e da educação de qualidade social.

Na Semestralidade, a Coordenação Pedagógica precisa consolidar-se como espaço-tempo de reflexões geradas pelos processos formativos e de autoformação, contemplando o processo de ensinar e aprender, os planejamentos interdisciplinares, o compartilhamento de experiências pedagógicas exitosas e inclusivas, o conhecimento mais aprofundado dos estudantes, a avaliação e autoavaliação, a articulação do coletivo em torno da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola.

A garantia da Coordenação Pedagógica contribui para a superação da fragmentação do trabalho pedagógico, de sua rotinização e alienação dos professores (SILVA, 2011). Dar significado a esse espaço-tempo viabiliza o alcance dos objetivos e a constituição de processos inovadores de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar na organização semestral do Ensino Médio. Ao mesmo tempo, recupera o sentido essencialmente coletivo do trabalho docente, realizado em contextos em que vários sujeitos se fazem presentes, influenciam histórias de vida e são influenciados por elas, pelos valores, concepções, saberes e fazeres uns dos outros.

7 - Ver Orientação Pedagógica: Projeto Político-Pedagógico e Coordenação Pedagógica. Brasília, DF, 2014.

Potencializar a Coordenação Pedagógica, como afirma Fernandes (2010), na Rede Pública de Ensino do DF, constitui uma possibilidade ímpar de organização do trabalho docente, visando à educação como compromisso de todos os envolvidos, com o foco no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa possibilidade de constituição do coletivo, de trabalho colaborativo ou conjunto, de interações com compromisso mútuo e de educação continuada se concretiza por meio das ações coletivas e individuais, pelas intencionalidades dos profissionais envolvidos e declaradas no PPP das Unidades Escolares, como compromisso de todos.

A atuação do gestor, articulador maior do trabalho pedagógico da escola, juntamente com supervisores e coordenadores pedagógicos, é fundamental para que a coordenação pedagógica não se concretize apenas como trabalho individual, que levaria ao isolamento profissional, mas como trabalho de interação conjunta (FERNANDES, 2012). Esses atores devem viabilizar as ações de formação continuada na semestralidade, sendo também coordenadores formadores, assumindo, assim, papel imprescindível em processos reflexivos sobre as práticas pedagógicas docentes.

É importante salientar que as ações desenvolvidas pelos professores devem ser coordenadas por uma equipe coesa e preparada - gestor da escola, supervisor pedagógico, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e professores da sala de recursos, entre outros, com as funções de: (a) articular todos os setores da escola (dimensões pedagógica, administrativa e financeira); (b) elaborar, em conjunto com os professores, o plano de ação da coordenação pedagógica, que deverá estar inserido no Projeto Político-Pedagógico; (c) estabelecer momentos articulados de planejamento da coordenação pedagógica; (d) participar de formações que

subsidiem o trabalho pedagógico; (e) registrar de forma sistemática as atividades da coordenação pedagógica.

Na Semestralidade, a Unidade Escolar de Ensino Médio necessitará ressignificar as ações pedagógicas que, em conjunto, organizam o trabalho pedagógico da escola como um todo, sendo a coordenação pedagógica primordial para essa organização.

Já o espaço-tempo do Conselho de Classe, na Semestralidade, deverá ser caracterizado como um momento de avaliação e de articulação pedagógica entre os blocos semestrais. Com isso, os eventos ou momentos em que se realiza o Conselho de Classe devem ter objetivos bem definidos. Entende-se que todos os encontros devem incluir análises voltadas ao diagnóstico das condições de aprendizagem dos estudantes, bem como a proposição de intervenções que favoreçam seu progresso. Mesmo que o professor utilize informações obtidas por meio da avaliação somativa (avaliação da aprendizagem), seus resultados devem ser analisados de forma integrada à avaliação formativa. A temática do Conselho de Classe será aprofundada na seção 3.5, “Instrumentos/procedimentos avaliativos”.

### **3.3 Estratégias de ensino-aprendizagem**

A organização escolar semestral implica considerar as teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano que resguardam a heterogeneidade de tempos e modos de aprender dos indivíduos, reconhecendo que o conhecimento é construído a partir da interlocução sociocultural e intrapessoal (VYGOTSKY, 2001). Nessa direção, é imprescindível que o professor organize o trabalho pedagógico em função das possibilidades e necessidades dos estudantes, garantindo, assim, um ganho significativo em sua formação integral.

A organização dos espaços e tempos do fazer pedagógico é desafiadora e, muitas vezes, reveladora da forma como os professores concebem e realizam o trabalho docente. A aula é espaço e tempo em que professores e estudantes se encontram e interagem de forma mais efetiva, numa relação pedagógica mediada pelo conhecimento, fundamentada por perspectivas teórico-metodológicas (SILVA, 2011). Na SEEDF, a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural são concepções que orientam a organização do trabalho pedagógico e as práticas docentes e discentes.

Pode-se entender a aula como uma estrutura física e pedagógica dinâmica que apresenta quatro dimensões, claramente definidas e inter-relacionadas. Ampliar a compreensão das possibilidades da aula implica considerar essas dimensões para além de seu caráter arquitetônico e cronológico. São as seguintes dimensões a se considerar:

- Dimensão física: o que existe, como se organiza?
- Dimensão funcional: como se utiliza e para qual finalidade?
- Dimensão relacional: quem utiliza e em quais circunstâncias?
- Dimensão temporal: quando e como é utilizada?

O desenvolvimento de processos de ensino e de aprendizagem deve possibilitar a interação dos sujeitos por meio de uma organização diversificada do espaço físico (sala de aula) e das ações nela desenvolvidas (aula), seja no coletivo, em pequenos grupos de três ou quatro, em duplas. Repensar a geografia da sala de aula pressupõe compreender que a aprendizagem se dá na interlocução com o outro; ressignificar esse espaço requer a organização dos estudantes em grupos, de forma a atender as ações didático-pedagógicas que favoreçam a construção coletiva do conhecimento.

A proposição de situações didáticas em que os saberes e



experiências dos estudantes venham à tona por meio de sua problematização é fundamental para evidenciar sua prática social (evidências do que sabem sobre o assunto, o que pensam a respeito, quais suas descobertas, quais caminhos percorreram para encontrar as respostas) e propor atividades que os instrumentalizem, possibilitando a reflexão crítica e criativa e, conseqüentemente, sua participação. O acompanhamento das aprendizagens dos estudantes pelos professores nesse processo constitui elemento fundamental para o (re)planejamento do trabalho pedagógico e precisa pautar-se nos sentidos atribuídos pelos estudantes sobre aquilo que estudam, ou seja, a articulação entre o conhecimento de mundo, os conteúdos científicos, a prática social inicial e a síntese elaborada no processo de construção do conhecimento.

O atendimento a esses pressupostos requer a adoção de diferentes estratégias didático-metodológicas de intervenção pedagógica com vistas às aprendizagens. No entanto, ressaltamos que as estratégias propostas nestas Diretrizes poderão ser ampliadas ou adaptadas às especificidades dos estudantes e dos projetos político-pedagógicos das Unidades Escolares. Os momentos de Coordenação Pedagógica local e de formação continuada em espaços-tempos diversos, como cursos, seminários, oficinas, entre outros, são propícios para o planejamento do trabalho pedagógico.

É importante destacar que uma das possibilidades de diversificação das estratégias de ensino-aprendizagem no Ensino Médio é o redesenho curricular, conforme propõe o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), "instituído pela Portaria nº 971/2009, na medida em que dissemina a cultura para o desenvolvimento de um currículo mais dinâmico e flexível, que contemple a interface entre os conhecimentos das diferentes áreas e a realidade dos estudantes, atendendo suas necessidades e expectativas" (BRASIL, 2013b, p.3).

Ao selecionar as estratégias de ensino-aprendizagem no Ensino Médio, os professores devem observar se:

- são eficazes e estimulam a atividade e a iniciativa dos alunos, sem abrir mão da mediação do professor;
- favorecem o diálogo entre os estudantes e com o professor, sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente;
- levam em conta os interesses dos estudantes, os ritmos de aprendizagem e desenvolvimento, sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para garantir a aprendizagem dos estudantes;
- mantêm a vinculação entre educação e sociedade, pois professores e estudantes são agentes sociais.

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (DISTRITO FEDERAL, 2014a), o processo de ensino-aprendizagem deve caracterizar-se pelo desenvolvimento de momentos articulados num mesmo movimento dialético, único e orgânico, em etapas que podem ser desenvolvidas em uma ou mais aulas, como apontado por Saviani (2008):

- Prática Social Inicial: investigação das práticas e saberes dos estudantes (compreensão sincrética) e professores (compreensão sintética)<sup>8</sup>.
- Problematização: identificação dos principais problemas e questões que emergem da prática social. Que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social, que conhecimento é necessário dominar?
- Instrumentalização: ações didático-pedagógicas para a aprendizagem, apropriação dos instrumentos teóricos e práticos (instrumentos culturais) necessários à

---

8 - A compreensão do professor é sintética porque implica certa articulação dos conhecimentos e experiências que detém relativamente à prática social. É neste nível que se espera que os alunos cheguem à Prática Social Final. A compreensão dos alunos é sincrética, uma vez que, por mais conhecimentos e experiências que detenham, sua própria condição de estudantes implica uma impossibilidade, no ponto de partida, de articulação da experiência pedagógica na prática social de que participam. O professor pode apresentar uma situação problematizadora relacionada ao conteúdo que pode ser um conflito social ou histórico, uma diferença na interpretação de determinadas obras literárias ou artísticas, a comparação entre um conhecimento do senso comum de certos fenômenos biológicos ou naturais e possíveis explicações científicas, etc. (SAVIANI, 2008).

resolução dos problemas identificados na prática social (a apropriação depende da transmissão direta<sup>9</sup> ou indireta<sup>10</sup> por parte do professor).

- Catarse<sup>11</sup>: momento de expressar a nova forma de entender a prática social a que se ascendeu. Incorporação dos instrumentos culturais transformados. Ponto culminante do processo educativo.
- Prática Social transformada: a expressão, pelos estudantes, da compreensão da prática em termos tão elaborados quanto era possível ao professor. Passagem da síncrese (visão caótica) à síntese (rica totalidade de determinações e de relações articuladas).

Figura 2 – Processo de construção de conhecimentos



No processo de planejamento das unidades didáticas e das aulas, o professor deve selecionar estratégias de ensino-aprendizagem, considerando os objetivos e conteúdos a serem trabalhados, o perfil dos estudantes e as características dessas estratégias, cuidando para que, de fato, favoreçam as aprendizagens.

9 - O professor transmite diretamente.

10 - O professor indica os meios através dos quais trabalhará os conteúdos (pesquisas, leituras, trabalhos de grupo, saída a campo, experimentos científicos, entre outros).

11 - Entendida na acepção gramsciana de "elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens" (GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. v. 1. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 314).

### **3.3.1 Estratégias de reagrupamentos interclasse e intraclasses**

A Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, art. 27, § 2º prevê a mobilidade e a flexibilidade dos tempos e dos espaços escolares e a diversidade no agrupamento de estudantes. O reagrupamento consiste em um conjunto de estratégias pedagógicas que permitem agrupar os estudantes de acordo com suas dificuldades e potencialidades de aprendizagem a fim de promover o avanço contínuo das aprendizagens. Deve ser uma atividade intencional e planejada pelo grupo de professores que o desenvolverá, registrará, acompanhará e avaliará sistematicamente.

Os reagrupamentos serão desenvolvidos pelos professores no próprio turno de regência, e o planejamento dessas ações deve ocorrer coletivamente, durante a coordenação pedagógica e a partir de objetivos definidos pelos professores, que estabelecerão critérios intencionais de reagrupamento.

Os reagrupamentos podem ser: interclasse, intraclasses, intraclasses com equipes fixas, intraclasses com equipes flexíveis.

#### **• Reagrupamento Interclasse**

Caracteriza-se como atividade diversificada com o reagrupamento dos alunos de outras turmas para vivenciarem atividades pedagógicas comuns. A organização dos reagrupamentos deve ocorrer a partir dos resultados das avaliações diagnósticas do desempenho das turmas / estudantes, realizadas ao longo dos períodos letivos.

Durante os reagrupamentos interclasse, é importante que cada professor (incluindo os que se encontram fora de regência) se disponha a atuar de acordo com sua área de formação ou interesse com tarefas, propostas de intervenção para atendimento às dificuldades específicas de aprendizagem,

compartilhamento de recursos e experiências, desenvolvimento de atividades diversificadas do contexto diário de sala de aula.

A periodicidade de realização do reagrupamento interclasse será definida de acordo com os objetivos de aprendizagem indicados pela equipe escolar, ou seja, o número de vezes por semana e o tempo de duração da atividade devem ser planejados com vistas aos objetivos. No entanto, a importância dessa atividade para o progresso das aprendizagens dos estudantes da semestralidade reforça a necessidade de que seja realizada o mais frequentemente possível.

O reagrupamento interclasse deverá ser registrado no Diário de Classe, tanto do docente que encaminha os estudantes, quanto do docente que recebe o estudante, especificando os critérios utilizados para a formação dos grupos, as atividades desenvolvidas e o período de realização.

Vale ressaltar que não haverá com isso formação de novas turmas. Os estudantes continuam registrados nos Diários de Classe em suas turmas de referência ou origem (matrícula), tendo em vista o caráter temporário e dinâmico do reagrupamento interclasse.

- **Reagrupamento Intraclasse**

O reagrupamento intraclasse consiste na formação de grupos de estudantes de uma mesma turma, de acordo com suas dificuldades de aprendizagem ou suas potencialidades para a realização de atividades diversificadas. As intervenções pedagógicas serão definidas e planejadas pelo docente, de acordo com o resultado da avaliação diagnóstica, a partir da qual serão estabelecidos os objetivos e as estratégias didáticas a serem desenvolvidas. O reagrupamento intraclasse pode ocorrer de duas maneiras: com equipes fixas e flexíveis.

O **reagrupamento intraclasse com equipes fixas** consiste em distribuir os estudantes da mesma turma em grupos de cinco a sete alunos, durante um período de tempo definido pelo professor (dias, semana, mês, bimestre). Cada professor pode planejar, junto com os estudantes, as funções que desempenharão no grupo (secretário, coordenador, redator, relator), alternando-as para que todos exerçam papéis diferentes durante o ano letivo. Esta prática corrobora o trabalho colaborativo na sala de aula.

O **reagrupamento intraclasse com equipes flexíveis** implica a constituição de grupos de dois ou mais componentes com o objetivo de desenvolver uma determinada atividade. Os dados da avaliação diagnóstica podem indicar a composição desses grupos, sendo organizados com estudantes que apresentam a mesma dificuldade de aprendizagem ou com estudantes que evidenciam diferentes níveis de aprendizagem, para que possam ajudar-se mutuamente e, ao mesmo tempo, auxiliar o professor na orientação daqueles que ainda não se apropriaram de determinado conteúdo.

No intuito de ilustrar essas possibilidades, apresentamos um exemplo de reagrupamento intraclasse feito em uma unidade escolar da rede pública de ensino do DF.

No primeiro momento, todos os professores realizaram uma avaliação diagnóstica dos estudantes para conhecerem os níveis de aprendizagem deles. Para o registro, criaram uma ficha de avaliação diagnóstica da aprendizagem com a identificação de níveis, sendo: Nível 1 - não sabiam ainda; Nível 2 - sabiam pouco; Nível 3 - sabiam bem. Todos os professores fizeram esse diagnóstico aplicando um teste, exercício, entre outros, que auxiliasse na identificação das dificuldades apresentadas pelo estudante.

No segundo momento, após todos os estudantes terem sido diagnosticados, cada professor fez o reagrupamento intraclasse (com equipes fixas ou flexíveis), com o auxílio de estudantes monitores que já estavam no nível de aprendizagem 3. O reagrupamento ocorreu sistematicamente durante todo o primeiro bimestre quando foram realizadas atividades específicas para cada grupo, de modo que os estudantes avançassem nas aprendizagens. Paralelamente, os estudantes participavam do reagrupamento interclasse, que acontecia concomitantemente ao reagrupamento intraclasse.

### **3.3.2 Projeto Interventivo**

O Projeto Interventivo é destinado a grupos de estudantes com dificuldades específicas de aprendizagem, sendo sua oferta permanente e o atendimento aos estudantes, provisório e dinâmico. Ou seja, os alunos ingressam e saem dele em diferentes momentos sempre que houver necessidade. O principal objetivo do Projeto Interventivo é, portanto, trabalhar as dificuldades de aprendizagem no momento em que surjam por meio de estratégias diversificadas. É uma proposta de intervenção complementar e, embora seja destinada ao atendimento de um grupo específico de estudantes, deve prever também o atendimento individualizado a partir das dificuldades de aprendizagem por eles evidenciadas e da organização da instituição.

Os objetivos do Projeto Interventivo são específicos e as estratégias didático-metodológicas que o constituem devem ser registradas no Diário de Classe, no campo Informações Complementares, assim como os procedimentos de avaliação realizados, para que se possa analisar, por meio de observações do processo e dos resultados alcançados, sua validade ou necessidade de alteração. Esse registro deve observar as

orientações da SEEDF para uso do Diário de Classe e ser complementado com outros instrumentos escolhidos pela escola e ou pelo professor. Convém observar que o registro do Projeto Interventivo deve traduzir de forma clara e objetiva o dinamismo de sua aplicação.

O conjunto de profissionais atuantes na escola é responsável pela construção, desenvolvimento e avaliação dos Projetos Interventivos. Constituem, portanto, resultado da ação coletiva dos membros da Unidade Escolar. Esse processo deve ser acompanhado e orientado pelos coordenadores pedagógicos locais e intermediários.

### **3.3.3 Contrato didático**

O contrato didático realizado entre professores e alunos é uma prática que contribui para a corresponsabilidade desses sujeitos, que passam a atuar como partícipes das atividades educativas que ocorrem no âmbito da escola. O contrato didático pode ser construído por meio de oficinas de planejamento e avaliação coletiva do trabalho. É uma ação pedagógica que se desenvolve na aula com a efetiva participação dos alunos, objetivando corresponsabilizá-los pelo trabalho pedagógico, de sua concepção ao desenvolvimento e avaliação. Visa à ratificação ou retificação da proposta de trabalho sugerida inicialmente pelo docente. Algumas etapas podem auxiliar o professor na construção de um contrato didático com os estudantes:

- apresentar o plano de ensino do componente curricular para discussão e contribuições dos estudantes;
- (re)definir temas/assuntos de interesse dos alunos, de acordo com os conteúdos propostos no Currículo em Movimento (DISTRITO FEDERAL, 2014b) e os objetivos de aprendizagem;



- (re)construir ou adequar o material pedagógico, tendo em vista as necessidades e interesses da turma;
- propor e incorporar sugestões de estratégias metodológicas que incentivem o estudante a atuar ativamente no desenvolvimento das atividades, como seminários, pesquisas coletivas, dinâmicas de trabalho grupal, entre outros;
- discutir e definir procedimentos, instrumentos e critérios de avaliação da aprendizagem que melhor se adaptem ao perfil dos estudantes e oportunizem a eles acompanhar seu desempenho escolar;
- definir com os estudantes procedimentos e instrumentos formais de avaliação, bem como a frequência com que serão realizadas essas atividades pedagógicas;
- construir e aplicar procedimentos/instrumentos que possibilitem a autoavaliação pelos estudantes.

### **3.3.4 Tecnologias da comunicação e informação: letramento científico**

O desenvolvimento dos conteúdos de um determinado componente curricular deve ocorrer por meio de atividades diversificadas orientadas, capazes de mobilizar e comprometer os estudantes a participarem ativamente de seu processo de aprendizagem. Para isso, o professor organiza seu planejamento procurando contextualizar os objetos de estudo, adaptando-os à realidade dos estudantes. Para alcançar tal aproximação com a realidade dos estudantes, os professores do Ensino Médio devem recorrer às tecnologias digitais da comunicação e da informação (computadores, celulares, TVs digitais, *tablets*, entre outros) e incorporar ferramentas inovadoras na perspectiva dos multiletramentos.

Os letramentos escolares devem articular-se com a heterogeneidade de letramentos da contemporaneidade, de tal modo que os docentes e discentes se apropriem das novas ferramentas tecnológicas e dos meios de comunicação responsáveis pela circulação e compartilhamento dos produtos culturais de nossa sociedade. Daí a denominação multiletramentos.

Vale ressaltar que os textos multissemióticos extrapolam os limites dos ambientes digitais e invadem também os impressos (jornais, revistas, livros didáticos, etc), tornando necessária a constante relação entre a palavra escrita e demais signos de outras modalidades de linguagem (imagem estática, imagem em movimento, música, fala) que os cercam, intercalam ou impregnam (ROJO, 2009). Essa multiplicidade de modos de significar o mundo também permeia o contexto escolar e deve ser vista como uma possibilidade de aproximação entre a prática pedagógica e o conhecimento de mundo das novas gerações, que possui um maior e permanente contato com as mídias digitais.

Nessa perspectiva, a organização das unidades didáticas e ou planos de aulas deve considerar a multiplicidade de gêneros textuais e ou eventos de letramento de diferentes esferas de circulação, mídias e culturas que se integram às práticas sociais, como objeto de estudo, crítica e protagonismo discente no contexto escolar. A produção intelectual e artística escolar pode alcançar as páginas da *web* por meio das redes sociais ou contar com vários recursos tecnológicos para subsidiar a estruturação e as apresentações de trabalhos (*youtube, whatsApp, facebook, google plus, twitter* etc.), além de se transformar em ambientes de discussão de diferentes temáticas das várias áreas do conhecimento, entre outras ações de cunho pedagógico.

Para Gebran (2009), as tecnologias educacionais são meios

e não um fim, tendo como principal objetivo ser ponte entre o professor, o estudante, o conhecimento e as experiências pedagógicas. Cabe, então, ao docente aprimorar o processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de dar significado às informações obtidas, transformando-as em conhecimentos e, assim, tornar os artefatos tecnológicos instrumentos educacionais.

Nesse sentido, o uso de equipamentos eletrônicos e digitais na educação, como *tablet* e *notebook*, figura como novas tecnologias que ampliam a capacidade de aprendizado. A utilização das novas tecnologias como ferramenta para o desenvolvimento do trabalho pedagógico deve ser objetiva e bem definida, apresentando o ponto de partida e o ponto de chegada. Assim, a intencionalidade na utilização dessas tecnologias como ferramenta pedagógica deve estar presente, bem como a abordagem diferenciada dos conteúdos propostos.

Na crescente complexidade e interatividade do mundo moderno, quando bem utilizadas, as ferramentas tecnológicas aproximam professor e estudante, aluno-aluno, levando-os a crescerem juntos, numa relação pedagógica pautada pelo compartilhamento de saberes.

A apropriação da tecnologia pelos jovens é um fenômeno decorrente do atual momento social, econômico e cultural que o mundo atravessa. Cabe, então, à educação inserir e aproveitar todos os recursos tecnológicos, de modo que sirvam como recurso didático-pedagógico a serviço do trabalho do professor e das aprendizagens dos estudantes.

### **3.3.5 Atividades diversificadas de ensino-aprendizagem: técnicas de ensino**

As técnicas de ensino são componentes do processo didático, não devendo ser desenvolvidas como um fim em si, mas como meio para o alcance dos objetivos propostos no planejamento do professor. Para isso, deve oportunizar a participação, a discussão e a compreensão dos conteúdos científicos articulados ao contexto social mais amplo e à situação sociocultural dos estudantes (VEIGA, 2011).

Para subsidiar o planejamento do professor na semestralidade, são propostas técnicas de ensino:

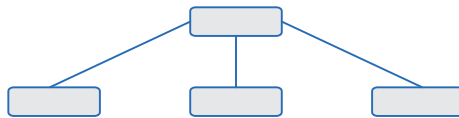
- Aula expositiva dialogada: consiste na exposição do conteúdo/temática, tomando como ponto de partida os conhecimentos prévios dos alunos. Requer a participação dos estudantes de forma ativa. O professor faz questionamentos, suscitando a discussão sobre o objeto de estudo em confronto com a realidade. O professor pode recorrer a questões, problemas, filmes, textos instigantes, entre outros, para provocar os estudantes no início da aula (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Tempestade cerebral: técnica que incentiva a imaginação e a exposição espontânea do aluno sobre um conteúdo ou tema, por meio da elaboração de novas ideias, palavras-chave, conceitos. Tudo o que for indicado pelo aluno será registrado no quadro, papel pardo ou computador. Se necessário, o professor solicita uma explicação do estudante sobre suas indicações (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Mapa conceitual: é a construção de uma representação

gráfica da organização conceitual dos sujeitos, sendo de grande valor para o ensino, a aprendizagem, a investigação e a avaliação. As organizações gráficas podem ser: hierárquicas, lineares e em rede (VEIGA, 2013).

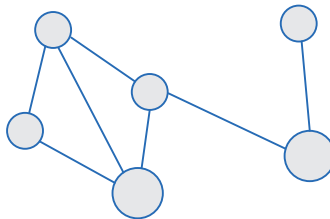
A organização linear é simples e reduzida, cada elemento está ligado a um antecedente e o consequente.



A organização hierárquica indica a subordinação de conceitos, ligando-os a um ou mais elementos. As relações entre os elementos são estritamente hierárquicas.



Na organização em rede, não há um limite natural em sua estruturação. De qualquer conceito podem sair conexões sem alterar sua compreensão lógica. Seu formato pode descrever sua complexidade.



Segundo Veiga (2013, p.58), os mapas conceituais constituem-se como ferramenta para a organização e representação do conhecimento, não como simples ilustração, mas “[...] como geradores e facilitadores do ensino, da

aprendizagem, da pesquisa e da avaliação. A concepção de um mapa conceitual específico requer descrição, interpretação. Por isso, deve ser fundamentado em um texto”.

- Estudo dirigido: é uma técnica de estudo que ocorre sob a orientação do professor, em atendimento aos objetivos de aprendizagem definidos no planejamento. O desenvolvimento do estudo dirigido envolve: leitura individual orientada por roteiro preparado pelo docente; resolução de questões e problemas com suporte do material estudado. As construções do estudante serão acompanhadas e avaliadas sem a preocupação em atribuir notas ou classificá-lo (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Lista de discussão por meios informatizados: possibilita a um grupo de estudantes o debate sobre determinado tema estudado previamente ou com necessidade de aprofundamento não presencial em atendimento aos objetivos de aprendizagem. Essas ferramentas vão da forma mais simples (e-mail de grupos), sem apoio de tutoria, até os mais interativos por redes de computadores ou plataformas, como, por exemplo, a plataforma Moodle (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- *Phillips 66*: é uma técnica viável em turmas maiores e consiste em organizar os estudantes em grupos com seis pessoas, para discutir um determinado tema durante seis minutos. É adequada quando for necessária a definição rápida de sugestões para planejamento de atividades, para levantamento de temas de interesse e dificuldades de aprendizagem, bem como a busca de alternativas para resolução de problemas. Gera maior participação dos componentes do grupo (ANASTASIOU; ALVES, 2005).

- Grupo de verbalização e de observação (GV/GO): é uma técnica em que se divide a turma em dois grupos: um grupo de verbalização (GV) forma círculo interno e outro de observação (GO) forma círculo externo. Na primeira fase, o grupo GV discute o tema e o grupo GO observa e faz anotações sobre a discussão, questões e argumentos levantados. Na segunda fase, os estudantes invertem os papéis. É uma técnica informal e possibilita a discussão sobre temas sob a coordenação do professor. Requer leituras, estudos preliminares, enfim, a apropriação do conteúdo ou tema pelos estudantes. É ideal para turmas menores. Todos os estudantes fazem anotações para elaboração de textos sobre o conteúdo ou tema em estudo (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Seminário: é uma técnica em que um grupo, depois de aprofundar o estudo de um tema, o coloca em debate com os outros grupos para problematização, análise e síntese. Após a apresentação das ideias do grupo, todos passam ao debate, levantando novas questões geradoras de investigação (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Estudo de caso: refere-se à análise minuciosa de uma situação real em que os estudantes fazem uma investigação sob a orientação do professor e, posteriormente, a apresentam para a turma. O caso é exposto pelo professor, podendo ser um para cada grupo ou o mesmo para os diversos grupos. É analisado pelo grupo que relaciona os aspectos que podem ajudar na resolução. O professor retoma os pontos discutidos nos grupos e as soluções propostas. Após o debate com todos os grupos, são relacionadas as conclusões que contribuem para a compreensão do caso em estudo (ANASTASIOU; ALVES, 2005).

- Júri simulado: pode levar a turma à análise e avaliação de uma situação problematizadora, de um fato ocorrido na sociedade, exercitando a capacidade de crítica e a elaboração de argumentos de defesa e de acusação. Seu desenvolvimento envolve: apresentação de um problema concreto à turma para estudo; definição de papéis (um juiz que organiza a sessão e apresenta questionamentos ao conselho de sentença, um escrivão que redige o relatório dos trabalhos). Os demais componentes da turma serão divididos em quatro grupos: promotoria e defesa com grupos de um a quatro alunos cada; conselho de sentença com sete alunos que, a partir dos argumentos, apresentará a decisão final e o plenário com os demais alunos que serão observadores do desempenho da promotoria e da defesa. Devem fazer uma apreciação final sobre a atuação de ambos. É definido um período para que a promotoria e a defesa se preparem sob a orientação do professor. Durante o júri, promotoria e defesa terão 15 minutos para apresentar seus argumentos sobre o problema (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Estudo do meio: propicia o contato com a realidade social para a construção do conhecimento, por meio da vivência e compartilhamento de experiência com outros sujeitos. Possibilita abordagem interdisciplinar do contexto natural e social no qual o estudante se insere, visando à análise de determinada problemática ou temática (ANASTASIOU; ALVES, 2005).
- Oficina: possibilita a aprendizagem sobre o objeto de estudo de forma aprofundada, mediante a aplicação de conceitos e conhecimentos adquiridos. Pode ser realizada em pequenos grupos, não ultrapassando



20 alunos com interesses comuns, sob a orientação do professor que também providencia o material didático e organiza o espaço com antecedência. Pode envolver diferentes atividades: estudos individuais, pesquisa bibliográfica, palestras, discussões, resolução de problemas, redação de trabalhos, entre outros (ANASTASIOU; ALVES, 2005).

- Estudo de campo: contribui para a interação dos alunos com o meio ambiente em situações reais, aguçando a busca pelo saber, além de estreitar as relações entre aluno/professor. Em ambiente natural, é possível agrupar e relacionar os diferentes conteúdos, proporcionar aos estudantes observações diretas, a exploração de diversos sentidos e a relação da teoria com a prática. Leva-os a fazer uma leitura do mundo de forma mais ampla, partindo do local para o global, compreendendo que as mudanças e fatos não ocorrem separadamente, mas na inter-relação de um com o outro. Pode ser destinado em ambientes naturais, históricos, culturais e sociais (OLIVEIRA *et al*, 2012).
- Aula compartilhada, "aulão": esta técnica requer a organização da aula envolvendo mais de um componente curricular e a participação de vários professores, objetivando o desenvolvimento de instrumentalização teórica e metodológica dos estudantes. A articulação de mais de um professor e componente curricular contribui para superar a fragmentação do conhecimento e do trabalho pedagógico na escola.

### 3.4 Avaliação da aprendizagem na semestralidade

As concepções e práticas avaliativas das Diretrizes de Avaliação Educacional desta Secretaria (DISTRITO FEDERAL, 2014c) aplicam-se a todas as Unidades Escolares que compõem a Rede Pública de Ensino Distrito Federal. A avaliação formativa é uma das funções da avaliação, que parte da avaliação diagnóstica para garantir as aprendizagens de todos. Dessa forma, a avaliação deve ser contínua e processual, privilegiando a formação humana, buscando facilitar as aprendizagens e levando em conta, principalmente, os elementos qualitativos dos resultados, bem como a observância do processo de aprendizagem, e não somente os resultados atribuídos pelo professor a provas com caráter exclusivamente classificatório e finalista.

A perspectiva de avaliação formativa deve ser utilizada no Ensino Médio, por oportunizar o conhecimento e a compreensão do desempenho dos estudantes por parte do professor e da equipe pedagógica. Nesse sentido, na Semestralidade, como os tempos e espaços do professor com o estudante se ampliam e a quantidade de estudantes por professor diminui, favorece a avaliação na perspectiva formativa.

Para tanto, faz-se indispensável uma parceria dos sujeitos envolvidos na política pública de escolarização no Ensino Médio, no sentido de refletir sobre o uso que se tem feito da avaliação com foco na classificação e consequente exclusão daqueles que não se enquadram em padrões definidos *a priori*, visto que o Ensino Médio é a etapa da Educação Básica com os maiores índices de reprovação e evasão escolar.

No Ensino Médio, os professores e estudantes devem vivenciar práticas avaliativas com a adoção de vários procedimentos e instrumentos que deem maiores oportunidades aos estudantes de evidenciar suas aprendizagens e terem os

processos por eles vivenciados, reconhecidos e considerados.

Os critérios, procedimentos e instrumentos avaliativos devem considerar os objetivos formativos dos estudantes e professores, valorizando as capacidades cognitivas, as peculiaridades culturais e socioeconômicas sob a perspectiva da qualidade social da educação, contribuindo para uma formação integral do estudante.

Diferentemente da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio tem, como resultado do processo avaliativo, um dado quantitativo (nota). Essa informação deve ser analisada na perspectiva da avaliação formativa, levando em consideração os procedimentos pedagógicos adotados na organização curricular:

- 1º momento: definição dos objetivos de aprendizagem e conteúdos.
- 2º momento: escolha dos instrumentos/procedimentos avaliativos.
- 3º momento: análise do desempenho dos estudantes.
- 4º momento: verificação dos objetivos de aprendizagem não alcançados.
- 5º momento: planejamento e aplicação de intervenções pedagógicas.

Reitera-se que a avaliação informal (emissão de juízos de valor) sobre os estudantes não deve transformar-se em elemento de exclusão e de exposição. Os mesmos elementos da avaliação informal podem estar a favor dos estudantes, dos docentes e da escola se utilizados de maneira formativa e encorajadora.

A avaliação para as aprendizagens não deve apontar

somente os pontos nos quais os estudantes apresentaram insucesso, mas as possibilidades e os avanços das aprendizagens. A organização do trabalho pedagógico será mobilizada para promover não apenas a aprendizagem dos alunos, mas também a dos professores e da escola. Sendo assim, as Unidades Escolares de Ensino Médio semestral deverão seguir as Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014c), respeitando-se as especificidades da comunidade escolar, formada primordialmente por uma juventude de grande diversidade cultural, e aplicando-se, ainda, diferentes estratégias didático-metodológicas, conforme seja o caso.

A seguir, serão apresentados os componentes da avaliação formativa que favorecem o conhecimento dos estudantes: avaliação diagnóstica, autoavaliação e *feedback*.

### **3.4.1 Avaliação diagnóstica**

A realização de avaliação diagnóstica na semestralidade objetiva conhecer a especificidade da turma e dos estudantes, suas necessidades e dificuldades de aprendizagem. Para tanto, faz-se necessário que os múltiplos atores-autores da unidade escolar - professores, orientadores educacionais, coordenadores pedagógicos e equipe gestora - desenvolvam o planejamento e a realização dessa avaliação.

A avaliação diagnóstica inicial da turma é uma das etapas da avaliação formativa e visa à identificação e à análise do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes. Deve acontecer no início do semestre letivo e sempre que se fizer necessária, com vistas a subsidiar as ações de planejamento do trabalho pedagógico que será desenvolvido na semestralidade. Esse diagnóstico deverá ocorrer sempre com a intenção de orientar o professor na identificação dos progressos dos estudantes e no planejamento de intervenções pedagógicas, de

acordo com as necessidades e dificuldades de aprendizagens dos estudantes. É preciso considerar nessa análise os objetivos das aprendizagens, apresentados no Currículo do Ensino Médio (DISTRITO FEDERAL, 2014b).

Com o conhecimento das necessidades e dificuldades de aprendizagem dos estudantes, os professores deverão traçar o planejamento da proposta curricular e as intervenções avaliativas necessárias para garantir o processo de aprendizagem, levando em conta os aspectos elencados a seguir:

- a aplicação da avaliação diagnóstica pode ser realizada no início de cada Bloco da Semestralidade ou de acordo com as necessidades observadas pelo professor em seu componente curricular;
- na Semestralidade, os professores podem realizar dois tipos de diagnóstico: um específico de seu componente curricular, no qual são verificados os níveis de conhecimento dos estudantes; e outro diagnóstico conjunto ou interdisciplinar (vários componentes curriculares), no qual os professores verificarão as necessidades de aprendizagem em aspectos pedagógicos gerais (leitura, interpretação, noções básicas de cálculos). O planejamento dessa avaliação pode constituir-se nos seguintes momentos:

1º momento: definição se a avaliação diagnóstica será por componente curricular e ou por Bloco.

2º momento: definição dos objetivos de aprendizagem e conteúdos/escolha dos conceitos ou categorias do campo científico que serão utilizados para a elaboração do diagnóstico.

3º momento: escolha dos instrumentos/procedimentos

avaliativos para a realização da avaliação diagnóstica.

4º momento: elaboração das questões.

5º momento: análise do desempenho dos estudantes para o planejamento da organização curricular e ou intervenções pedagógicas.

Após a análise do desempenho dos estudantes, o professor deve registrar sua análise da turma no diário de classe.

O Diário de Classe apresenta campos próprios para registros do diagnóstico de avaliação. Entretanto, o professor pode realizar a avaliação diagnóstica ao longo do trabalho, na perspectiva da avaliação formativa. Ressalta-se que o relatório para o "Diagnóstico da Turma" é único, da turma e de autoria exclusiva do docente responsável pelo componente curricular.

### **3.4.2 Autoavaliação**

A autoavaliação é o processo pelo qual o próprio estudante analisa continuamente as atividades desenvolvidas e em desenvolvimento, registra suas percepções, sentimentos e identifica futuras ações, para que haja avanço na aprendizagem. Essa análise leva em conta o que ele já aprendeu, o que ainda não aprendeu, os aspectos facilitadores e dificultadores de seu trabalho, tomando como referência os objetivos da aprendizagem e os critérios de avaliação (DISTRITO FEDERAL, 2014c)

Ressalta-se que autoavaliação não é autonotação, isto é, não se trata de pedir para que o estudante atribua a si uma nota, seja por escrito ou oralmente. O professor deve compor juntamente com os alunos os critérios de avaliação que serão utilizados para o momento da autoavaliação.

A autoavaliação pelos estudantes pode acontecer durante

ou após a aplicação dos instrumentos/procedimentos avaliativos e ser desenvolvida por meio de registros reflexivos ou diários de bordo que poderão compor portfólios, fichas avaliativas, exposições orais, entre outros. São procedimentos que podem ser utilizados pelos professores e que os auxiliarão na análise do desempenho acadêmico dos estudantes.

O fato de os estudantes se avaliarem e avaliarem as produções dos colegas contribui para seu amadurecimento intelectual e pessoal, ao mesmo tempo em que potencializa suas aprendizagens de forma colaborativa e propositiva.

### **3.4.3 A prática do *feedback* na avaliação**

Outra prática, que deve ser assumida pelos professores, é o retorno, a devolutiva ou o *feedback* aos estudantes em face das produções que eles realizam. Este é um ato pedagógico repleto de aprendizagens para os professores e estudantes, bem como para o fortalecimento de processos formativos de avaliação.

O *feedback* ou retorno de informações aos aprendizes é indispensável para o processo avaliativo formativo, seja em sala de aula, seja no exercício profissional, propiciando que o avaliado se mantenha informado sobre suas aprendizagens. Trata-se de um recurso pedagógico alinhado à avaliação formativa por possibilitar aos sujeitos perceberem seus avanços e suas fragilidades e buscarem a autorregulação para aprender mais.

## **3.5 Instrumentos/Procedimentos Avaliativos**

Os Instrumentos/Procedimentos Avaliativos são estabelecidos pelo professor previamente para avaliar um conteúdo trabalhado com os estudantes e verificar o alcance ou não dos objetivos propostos, fundamentam o processo decisório da avaliação e devem ser coerentes com o que e como foi trabalhado em espaços de aprendizagem.

Instrumentos e Procedimentos Avaliativos devem ser elaborados de forma a oferecer informações sobre o desempenho e aprendizagens do estudante. Bons instrumentos de avaliação da aprendizagem são condições de uma prática satisfatória de avaliação na escola. Para isso, em sua elaboração devem ser observados aspectos, como linguagem clara, objetiva e direta, correção linguística e vinculação ao que se pretende em relação à análise do processo de ensino e de aprendizagem. Os instrumentos e procedimentos avaliativos devem contribuir também para o aprofundamento das aprendizagens do estudante e não para dificultar sua compreensão a respeito de um conteúdo.

A seguir, são elencados alguns instrumentos e procedimentos avaliativos que podem ser utilizados na organização escolar em semestres.

- Avaliação por pares ou colegas: consiste em criar situações em que os estudantes avaliam uns aos outros ou realizam atividades em duplas ou em grupos. Pode ser acompanhada de registros escritos. Qualifica o processo avaliativo sem a exigência de atribuição de pontos ou notas e potencializa a autoavaliação.
- Provas: devem incluir itens/questões contextuais e instigantes. Requerem análise, justificativa, descrição, resumo, conclusão, inferência, raciocínio lógico. Os enunciados devem ser elaborados com precisão de sentido no contexto e, quando for o caso, incluir imagem/figura, gráfico, tabela, texto, entre outros. Suas questões apresentam conteúdos e informações que promovem as aprendizagens também durante sua resolução. Devem ser elaboradas, levando em conta os objetivos de aprendizagem e o nível em que se



encontram os estudantes. Os critérios de avaliação das provas devem ser comunicados aos estudantes e, sempre que possível, definidos coletivamente.

- Seminários, pesquisas, trabalhos de pequenos grupos: todas as etapas do trabalho devem ser orientadas pelo docente e por ele avaliadas com auxílio dos estudantes. A avaliação por pares ou colegas e a autoavaliação oferecem grande contribuição ao processo de compreensão do desenvolvimento dos estudantes. Cada etapa realizada e as diferentes habilidades dos estudantes são valorizadas. Os critérios de avaliação são construídos juntamente com os estudantes.

Além dos instrumentos e procedimentos citados, as Diretrizes de Avaliação Educacional (DISTRITO FEDERAL, 2014c) apontam atividades realizadas pelos estudantes, que constituem possibilidades avaliativas, como: pesquisas individuais e em grupo, júris simulados, produção de textos nos diferentes gêneros, lista de exercícios, relatórios de pesquisas e visitas, entrevistas, montagem de curtas, documentários, painéis, entre outras.

O processo de avaliação apresenta-se como um momento de reflexão acerca do percurso que compreende a aprendizagem. Em situações nas quais os objetivos pedagógicos não tenham sido alcançados, torna-se comum a responsabilização do insucesso para um dos lados, passando a ser culpado o professor ou o aluno. Além desses principais atores sociais, outros devem assumir suas funções para serem alcançados os resultados esperados na promoção de uma educação de qualidade, entre eles, a família e o Estado.

Nesse sentido, partilhar as responsabilidades na avaliação e na formação dos estudantes pode proporcionar melhores resultados no processo de construção do conhecimento. Por

isso, faz-se necessário o acompanhamento permanente do desempenho dos estudantes, tornando evidente a relevância do caráter formativo e processual das avaliações realizadas pela escola. Acompanhar o desenvolvimento do estudante é responsabilidade, principalmente, do professor, mas não somente dele, uma vez que a equipe pedagógica da unidade escolar e a família devem integrar-se a esse processo.

A intervenção pedagógica revela-se, então, como uma das etapas do processo de avaliação, na qual o professor busca traçar e aplicar meios diferenciados para contribuir com o processo de desenvolvimento ou aprendizagem do educando que apresenta dificuldades de aprendizagem.

A seguir, serão apresentadas algumas estratégias de intervenções pedagógicas que podem ser colocadas em prática na organização escolar em semestres.

### **3.5.1 Recuperação Contínua**

A recuperação contínua na organização escolar em semestres deve acontecer como previsto nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF (2014), em consonância com o artigo 12, inciso V da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Assim, a unidade escolar deverá prover os meios para que os estudantes de menor rendimento recuperem os conteúdos dos componentes curriculares nos quais as aprendizagens ainda não foram evidenciadas.

A recuperação contínua está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula e da escola, decorrendo da avaliação diagnóstica do desempenho do estudante, constituindo-se por intervenções imediatas dirigidas às dificuldades específicas assim que estas forem constatadas. É composta por um conjunto de estratégias elaboradas pelo

professor com o objetivo de recuperar conteúdos essenciais que não foram assimilados pelo estudante. Portanto, a recuperação contínua tem como foco a aprendizagem e não simplesmente a recuperação de notas.

Estratégias sugeridas para a recuperação contínua:

- aulas de revisão e aulas adicionais, através de projetos de acompanhamento pedagógico;
- atividades e pesquisas, exercícios e trabalhos extras;
- revisões por meio de exercícios que retomam conteúdos importantes que foram abordados anteriormente;
- incentivo, reconhecimento e motivação à participação dos estudantes;
- envolvimento dos familiares na vida escolar dos filhos;
- ensino de técnicas de estudo, como anotações, leituras, organização acadêmica, mapas conceituais, entre outras.

As atividades de recuperação contínua e processual serão realizadas durante todo o ano letivo, inclusive para os componentes curriculares do Bloco cursado no primeiro semestre, com base nos resultados obtidos pelos estudantes nos diferentes instrumentos e procedimentos de avaliação. Os resultados obtidos nas atividades propostas devem ser discutidos nas coordenações pedagógicas coletivas com o envolvimento de toda a equipe pedagógica da unidade escolar. Essas atividades devem ocorrer desde o primeiro dia de aula, de forma sistemática: “não se deve esperar pelo término de uma semana, de um bimestre, semestre ou ano letivo para as intervenções necessárias” (DISTRITO FEDERAL, 2014c, p.39).

É fundamental que o planejamento das atividades de recuperação contínua considere:

- o plano de trabalho do professor com as expectativas de aprendizagem pautadas nas metas propostas no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- a definição das intervenções pedagógicas do professor necessárias à superação das dificuldades detectadas;
- o (re)planejamento das atividades com vistas à organização dos tempos e espaços formativos;
- a participação do estudante no processo de avaliação dos resultados de aprendizagem, garantindo-se momentos de sua análise e autoavaliação a partir das expectativas de aprendizagem;
- os registros como reveladores das ações desenvolvidas, do processo de desenvolvimento dos estudantes, dos avanços, das dificuldades e das propostas de encaminhamentos e intervenções;
- a divulgação dos resultados às famílias ou responsáveis, na busca de sua participação e colaboração nas atividades de recuperação e na realização de tarefas complementares, bem como no acompanhamento da vida escolar dos filhos.

### 3.5.2 Conselho de Classe

Com a Gestão Democrática nas escolas públicas, instituída pela Lei nº 4.751/2012, o Conselho de Classe se fortalece à medida que se criam mecanismos de participação de estudantes, famílias e profissionais da escola para discutirem e avaliarem o desempenho do aluno, dos profissionais e da escola como um todo.

O Conselho de Classe tem por finalidade o fortalecimento de um espaço de avaliação do trabalho pedagógico das Unidades Escolares, a avaliação das necessidades de aprendizagem dos estudantes e, também, a possibilidade de ser um espaço para investimento no protagonismo juvenil.

Para alcançar essas finalidades, a Unidade Escolar, de acordo com Lei de Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do DF - 4.751/2012, deve instituir o Conselho de Classe Participativo. Para Santos (2006), o Conselho de Classe Participativo assegura ao participante uma reflexão sobre o processo educativo, reconhecendo as divergências e as diferenças presentes nas inter-relações dos sujeitos. Por isso, os objetivos devem ser claros e direcionados à ação reflexiva, de modo a avaliar o processo pedagógico e não o sujeito participante.

Para fortalecer o Conselho de Classe Participativo, a Unidade Escolar deve desenvolver algumas ações elencadas a seguir.

- Trabalho articulado entre o orientador educacional e o coordenador pedagógico local para fortalecer as ações do professor conselheiro (professor escolhido democraticamente por uma turma, para ser um elo de articulação dos estudantes com a equipe gestora) e do estudante representante de turma (estudante escolhido democraticamente para representar a turma nas discussões com a equipe gestora);

- O orientador educacional deve organizar, logo após a escolha dos representantes de turma, um momento de formação, no qual serão apresentados o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, os significados do Conselho de Classe e de todos os momentos do processo avaliativo.
- A Unidade Escolar pode realizar antes do Conselho de Classe um momento denominado de pré-Conselho em que o professor conselheiro, em conjunto com o representante de turma, discutirá com os estudantes da turma para avaliar o desenvolvimento das ações pedagógicas daquele período. Este momento pode ser sistematizado em um formulário desenvolvido pela unidade escolar.
- Para a realização de um Conselho de Classe Participativo, deverão estar presentes: equipe gestora, equipe pedagógica, orientador educacional, professores da sala de recursos, professores do Bloco da Semestralidade, representante dos estudantes, estudantes da turma e pais e ou responsáveis.
- No início do Conselho, o estudante representante deve apresentar o resultado das discussões realizadas no pré-Conselho.

O Conselho de Classe deve ser desenvolvido no sentido de identificar, analisar e propor ações a serem implementadas pela e na escola. Cumpre papel relevante quando consegue identificar o que os estudantes aprenderam, o que ainda não aprenderam e o que deve ser feito por todos para que as aprendizagens ocorram.

Nas Unidades Escolares com Semestralidade, em cada Bloco (semestre) devem ocorrer dois momentos de Conselho de

Classe: um, ao final do primeiro bimestre, e outro, próximo ao final do semestre.

O Conselho de Classe deve ser registrado em instrumento (Apêndice B)<sup>12</sup> que preserve a memória dos encaminhamentos e da avaliação do processo educacional no momento de sua realização. O instrumento de registro do Conselho de Classe deve-se ater aos aspectos que tratam do processo pedagógico geral da turma, tais como potencialidades e dificuldades de aprendizagem e encaminhamentos de ações pedagógicas interventivas. Além disso, o instrumento apresenta pontos que retratam o desenvolvimento do processo de aprendizagem do estudante: dificuldades de aprendizagem e disciplinares, desenvolvimento de potencialidades e acompanhamento pelos serviços de apoio (orientação educacional e professores da sala de recursos).

Com a organização, na Semestralidade, de dois Blocos de componentes curriculares, os registros dos Conselhos de Classe também podem ser destinados a uma avaliação diagnóstica da turma, pois as informações apresentadas auxiliam os professores do Bloco posterior ao cursado pelos estudantes.

Ressalta-se que o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar deve conter os procedimentos de planejamento, realização e execução do Conselho de Classe.

O Conselho de Classe, presidido pelo diretor ou seu representante, deverá ser secretariado por um de seus membros, indicado por seus pares, que lavrará a Ata em livro próprio.

Em casos de decisão de promoção do estudante pelo Conselho de Classe e discordância do professor regente de

---

12 - Formulário constante nos apêndices deste documento, elaborado pelos componentes do Fórum Permanente da Semestralidade.

determinado Componente Curricular, deve ser registrado em Ata própria (Apêndice B) e no Diário de Classe, no campo Informações Complementares, preservando nesse documento o registro anteriormente efetuado pelo professor regente.

Destaca-se que o registro da “Ata do Conselho” (Apêndice B) é anual, devendo acompanhar a turma ao longo de todo o ano letivo.



## 4. ASPECTOS OPERACIONAIS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM SEMESTRES

### 4.1 Matrícula

O Projeto de Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas Públicas de Ensino Médio em Semestres, aprovado pelo Parecer nº 229/2013, autoriza sua implantação por adesão. A Unidade Escolar (Regular Diurno e Noturno) que aderir à Semestralidade deverá ofertar os componentes curriculares em dois Blocos, concomitantemente, por ano e em turmas pares, conforme já explicitado.

Na semestralidade, o regime de oferta do Ensino Médio permanece anual, com apenas um momento de matrícula do estudante, no início do ano letivo, e com a organização do trabalho pedagógico em dois semestres.

Em relação à matrícula:

- a. cabe à Coordenação de Acompanhamento da Oferta Educacional (CACOED), ligada à Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional (SUPLAV), coordenar a elaboração das normas para o procedimento de acesso à Rede Pública de Ensino, bem como orientar e controlar sua execução, conforme o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- b. cabe à CACOED, ainda, propor e elaborar a Estratégia de Matrícula anual para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, nos termos do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio da Gerência de Organização do Sistema de Ensino (GORGSE).

## 4.2 Registros de avaliação na Semestralidade

Os registros de avaliação na Semestralidade são de responsabilidade dos docentes dos respectivos componentes curriculares. Contudo, é importante chamar a atenção de toda a equipe gestora da Unidade Escolar, dos respectivos Secretários Escolares e, fundamentalmente, dos professores quanto à importância dos *Registros*, visto que são estes que validam todo o processo avaliativo das aprendizagens, que têm por finalidade assegurar em qualquer época a verificação da identidade do estudante, a autenticidade da vida escolar, a regularidade dos estudos vivenciados pelo estudante, além do funcionamento da Unidade Escolar. Documentos como Regimento Escolar, Manual da Secretaria Escolar e orientações emanadas das instâncias da SEEDF normatizam esses registros e devem ser observados.

Quanto à notação, a média em cada bimestre pode variar numa escala de 0 (zero) a 10 (dez).

- Registro Semestral

A Média Final (MF) dos componentes curriculares presentes apenas em um Bloco (semestral) é obtida por meio da média aritmética dos dois bimestres letivos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MFS = \frac{NB1 + NB2}{2}$$

Onde:

MFS = Média Final Semestral

NB1 = Nota do 1.º Bimestre

NB2 = Nota do 2.º Bimestre

- Registro Anual

A Média Final (MF) dos componentes curriculares presentes ao longo do ano letivo é obtida por meio da média aritmética dos quatro bimestres letivos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$MF = \frac{NB1 + NB2 + NB3 + NB4}{4}$$

Onde:

MF = Média Final

NB1 = Nota do 1.º Bimestre

NB2 = Nota do 2.º Bimestre

NB3 = Nota do 3.º Bimestre

NB4 = Nota do 4.º Bimestre

É importante destacar que

- o sistema I-Educar foi adaptado para a utilização dos diferentes modos de cálculo das notas;
- os Componentes Curriculares Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física (diurno) compõem tanto o Bloco I quanto o Bloco II. Logo, os registros em relação ao lançamento dos dias, dos conteúdos, das atividades e das avaliações continuarão sendo por bimestre/ano, devendo os docentes responsáveis pelos Componentes Curriculares citados utilizar o Diário de Classe anual;
- os Componentes Curriculares História, Filosofia, Sociologia, Biologia, Química, Física, Inglês, Geografia,

Arte, PD e Educação Física (noturno) terão tratamento semestral. Contudo, aqueles estudantes que não lograrem êxito ao longo do semestre permanecerão em recuperação contínua (RC). O Diário de Classe deverá ficar “em aberto” e os professores responsáveis por esse processo deverão registrar no campo *Informações Complementares* que “o estudante se encontra em processo de Recuperação Contínua...”.

### 4.3 Estudos de Recuperação

Os estudos de recuperação de responsabilidade direta do professor, sob o acompanhamento de toda a equipe diretiva da Unidade Escolar, com o apoio da família, destinam-se ao estudante com aproveitamento insuficiente, considerando o sistema de avaliação adotado.

Conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Regimento Escolar da SEEDF, os estudos de recuperação são oferecidos nas seguintes formas:

- contínua, inserida no processo de ensino e de aprendizagem, no decorrer do período letivo, assim que identificado o baixo rendimento do estudante;
- final, realizada após o encerramento do ano letivo, para o estudante que não obteve aproveitamento suficiente em até três Componentes Curriculares.

A recuperação contínua (RC) é o procedimento adotado, após intervenções didáticas que retomaram elementos não atingidos pelo estudante e evidenciados, após avaliação anterior. Observe-se que:

- deve ser ofertada, individualmente ou para um grupo de estudantes que não obtiveram êxito na avaliação;
- devem ser registradas as notas obtidas pelo estudante em processo de recuperação contínua (RC), assim como registrada, necessariamente, a denominação do instrumento/procedimento avaliativo no campo (RC do Diário de Classe), em atendimento à legislação vigente;
- se trata de um procedimento pedagógico de direito do estudante que, quando for o caso, se estenderá ao longo do semestre e ou do ano letivo. Logo, o Diário de Classe, nos campos próprios, *deverá permanecer em aberto* para o efetivo registro da recuperação contínua (RC);
- são de responsabilidade da Coordenação Pedagógica as providências para que não haja interrupção do processo de recuperação contínua (RC), garantindo ao estudante seus direitos, caso ocorra substituição de Professor Regente, ao longo do ano/semestre letivo.

Quanto aos Estudos de Recuperação Final e seus registros é importante destacar que:

- embora a organização seja semestral, o regime é anual, porquanto o inciso II, art. 168 do Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal<sup>13</sup>, ainda em vigor, regulamenta que "... poderá participar do processo de recuperação final o estudante que ficar em recuperação em até três componentes curriculares...", o que somente será possível afirmar ao final do ano, com deliberação também do Conselho de Classe;

---

13 - Aprovado pela Ordem de Serviço n.º 01/SEEDF, de 11 de dezembro de 2009.

- o estudante é promovido quando, após os estudos de recuperação final, obtiver em cada componente curricular nota igual ou superior a 5,0 pontos;
- a nota da recuperação final substitui o resultado anterior, expresso pela média final, se maior;
- a nota da recuperação final é registrada no Diário de Classe, em Ata própria e na Ficha Individual do Aluno, sendo comunicada ao estudante por meio de instrumento próprio.

#### **4.4 Progressão Parcial em Regime de Dependência**

Trata-se de um recurso pedagógico que permite à Unidade Escolar promover o estudante, dentro de uma mesma etapa da Educação Básica para outra mais adiantada, com dependência em até dois Componentes Curriculares, ao final do ano letivo e após todo o processo de aprendizagem, de recuperação contínua e de recuperação final.

É importante salientar que a progressão parcial em Regime de Dependência não se aplica a estudante retido em um período de estudos, em razão de frequência inferior a 75% do total de horas letivas.

O art. 138 da Resolução n.º 1/2012 – CEDF trata da Progressão Parcial em Regime de Dependência:

[...] É permitida a progressão parcial para o ano subsequente do 6.º para o 7.º ano, do 7.º para o 8.º ano e do 8.º para o 9.º ano do ensino fundamental de duração de nove anos e da 1ª para a 2.ª série e da 2.ª para a 3.ª série do ensino médio, com dependência em até 2 (dois) componentes curriculares, de acordo com as normas regimentais.

## 4.5 Promoção

A promoção do estudante do Ensino Médio dar-se-á regularmente, conforme o caso, ao final do ano ou do semestre letivo, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média final igual ou superior a 5,0 pontos em cada Componente Curricular e que tenha alcançado a frequência mínima de 75% do total de horas letivas trabalhadas no período (no ano ou no semestre, conforme o caso).

## 4.6 Transferência

Trata-se do deslocamento do estudante de uma instituição educacional para outra, ou da circulação de estudos entre etapas e modalidades da Educação Básica, por solicitação dele ou dos pais/responsáveis, se o estudante for menor de idade.

Observando-se as normas legais, bem como os limites estabelecidos no Regimento Escolar, nenhuma Unidade Escolar pode recusar-se a conceder transferência a qualquer um de seus estudantes.

É importante salientar que:

- ao transferir o estudante que se encontra “em regime de dependência” para uma Unidade Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, registrar no campo *Observações* do Histórico Escolar a informação: “O estudante deverá cumprir dependência em .....”;
- ao transferir o estudante que se encontra “em regime de dependência” para uma instituição educacional externa (rede privada ou para outro Estado), registrar no campo *Observações* do Histórico Escolar a informação: “Estudante reprovado”.

A equipe gestora da Unidade Escolar cuja organização é semestral, ao receber um estudante transferido, egresso de uma instituição educacional, cuja organização é anual, ou vice-versa, deverá atentar para o disposto na alínea “C”, II, art. 24 da Lei n.º 9394/96, observando também os procedimentos básicos e necessários para a Adaptação de Estudos<sup>14</sup>.

Contudo, recomenda-se que a transferência de estudantes na Semestralidade, dentro do ano letivo, seja feita para outra Unidade Escolar que também tenha adotado essa organização e que tenha disponibilidade de vagas.

---

14 - Nos termos do Manual da Secretaria Escolar (2010), adaptação de estudos é o procedimento pedagógico a que o estudante proveniente de outra instituição educacional é submetido, sob a orientação da equipe gestora, quando for necessário, para o ajustamento e o acompanhamento do currículo e da Matriz Curricular.



## 5. PAPÉIS INSTITUCIONAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DA SEMESTRALIDADE

Para implementação de uma política pública, é primordial estabelecer os papéis institucionais dos diversos agentes envolvidos no planejamento, na gestão, no desenvolvimento e na avaliação. Assim, para o êxito da implementação da Semestralidade, há responsabilidades a serem compartilhadas.

- a. Nível Central – Subsecretarias e Coordenação do Ensino Médio
  - Acompanhar e avaliar o processo de implementação da Semestralidade, nas Unidades Escolares de Ensino Médio, tendo por base o exposto nestas diretrizes.
  - Implantar a Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas Públicas de Ensino Médio em Semestres, providenciando condições materiais, financeiras e humanas para seu sucesso.
  - Promover a formação continuada dos gestores e professores por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE).
  - Proporcionar estratégias e instrumentos de vinculação das informações do processo de implementação por meio da Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Ensino Médio.
  - Promover a interlocução entre os níveis (central, intermediário e local) para possibilitar sistematicamente a implementação da semestralidade.
  - Fomentar, organizar e coordenar o Fórum Permanente da Semestralidade para o acompanhamento e a avaliação dessa política pública.

- b. Nível Intermediário – Coordenações Regionais de Ensino
- Articular as ações de implementação da semestralidade entre o nível central e o local.
  - Acompanhar e apoiar as escolas em suas demandas pedagógicas.
  - Participar das reuniões e encontros promovidos pelo nível central.
  - Desenvolver ações de formação continuada com os coordenadores locais, supervisores pedagógicos, gestores e equipes de apoio.
  - Acompanhar o processo de elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico das Unidades Escolares.
  - Articular e acompanhar a avaliação da implementação da semestralidade.
- c. Nível Local – Unidades Escolares

### **Gestor**

- Supervisionar todo o processo, coordenar as responsabilidades e garantir a efetividade das diretrizes com vistas a melhorar o desempenho da instituição educacional no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- Apropriar-se dos pressupostos teórico-metodológicos da organização escolar em semestres.
- Esclarecer os segmentos da Unidade Escolar (professores, servidores, pais e estudantes) sobre os aspectos concernentes à Semestralidade.

- Promover a implementação da semestralidade de forma coletiva, por meio do acompanhamento, avaliação e busca de soluções para o processo pedagógico.
- Promover e participar do processo de elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.
- Garantir, no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar, a destinação de recursos financeiros para apoiar o trabalho pedagógico.

**Equipe Pedagógica (supervisor, coordenador local, orientador educacional e professor da sala de recursos)**

- Apropriar-se dos pressupostos teórico-metodológicos da organização escolar em semestres.
- Participar da implementação da semestralidade por meio do acompanhamento, da avaliação e da busca de soluções para a organização do processo pedagógico.
- Articular as ações de implementação entre o nível intermediário e o local.
- Participar das reuniões e encontros promovidos pelos níveis central e intermediário.
- Desenvolver, no espaço da Coordenação Pedagógica, momentos de formação continuada que subsidiem a reorganização do trabalho pedagógico na Semestralidade.
- Articular mecanismos de acompanhamento pedagógico para os estudantes.

**Professor**

- Apropriar-se dos pressupostos teórico-metodológicos

da organização escolar em semestres.

- Participar da implementação da Semestralidade por meio do planejamento, da execução e da avaliação da organização do processo pedagógico.
- Participar do planejamento, da execução e da avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.
- Participar dos processos de formação continuada promovidos pela Unidade Escolar, pela Coordenação Regional de Ensino, pela Gerência de Educação Básica, pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação, entre outros.
- Fomentar as diversas situações que oportunizem os novos conhecimentos dos estudantes, acompanhando-os em sua evolução.
- Refletir sobre sua prática pedagógica em processo de ação-reflexão-ação.

### **Estudante**

- Assumir o protagonismo na organização pedagógica da Semestralidade, para atingir com responsabilidade os objetivos das aprendizagens.
- Participar de reuniões e eventos escolares, discussões e ações do Grêmio Estudantil, para inteirar-se e contribuir com a implementação do PPP da Unidade Escolar.
- Desenvolver estratégias de estudo que permitam seu bom desenvolvimento escolar.
- Refletir sobre seu papel pedagógico com vistas a desenvolver suas habilidades biopsicossociais.

## **Família**

- Conhecer a proposta da Organização do Trabalho Pedagógico em Semestres nas Escolas Públicas de Ensino Médio.
- Acompanhar o desenvolvimento do estudante, verificando os aspectos referentes a sua aprendizagem.
- Participar das reuniões da escola durante todo o ano letivo.
- Acompanhar e participar das decisões do Conselho Escolar.

## **Conselho Escolar**

- Acompanhar e avaliar a implementação da Semestralidade.
- Participar e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar.
- Participar das discussões, negociações e encaminhamentos das demandas educacionais a fim de ajudar na promoção da gestão escolar democrática.

O entendimento dos referidos papéis institucionais possibilitará a implementação das ações pedagógicas constituídas na organização do trabalho pedagógico na Semestralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas Diretrizes para a organização do trabalho pedagógico na Semestralidade resultam da dedicação, do compromisso e do trabalho coletivo dos profissionais, gestores, Escola dos Profissionais da Educação (EAPE), Subsecretaria de Educação Básica e Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional. A proposta de organização do trabalho pedagógico em semestres aponta caminhos para a reorganização do espaço-tempo escolar. É um convite à comunidade escolar para repensar concepções e práticas pedagógicas historicamente constituídas para a organização seriada, e, portanto, um desafio para todos os que participam deste projeto de ressignificação do Ensino Médio no Distrito Federal.

No processo de elaboração, buscou-se respeitar a identidade de cada Unidade Escolar que aderiu à semestralidade, valorizar sua trajetória e os esforços dos atores envolvidos (professores, gestores, supervisores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, servidores, estudantes, equipes de apoio).

A expectativa é de que estas Diretrizes não sejam vistas apenas como um plano de intenções, mas como subsídios teórico-metodológicos ao trabalho dos professores, estudantes e Unidades Escolares para auxiliar o planejamento, execução e avaliação das práticas pedagógicas, de modo a contribuir na compreensão, organização e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Semestralidade.

Reitera-se que a organização do trabalho pedagógico em semestres não deve ser reduzida à mera mudança do tempo das aulas e divisão dos componentes curriculares em Blocos semestrais, mas como oportunidade de adequação do currículo do Ensino Médio às necessidades e interesses dos estudantes, tendo como referência os eixos integradores: ciência,

tecnologia, trabalho e cultura. Essa perspectiva se pauta na ampliação do diálogo entre os diferentes campos do saber (interdisciplinaridade), isto é, na aproximação das disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm na construção do conhecimento.

Estas Diretrizes refletem o compromisso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal em avançar na gestão democrática, na construção e reflexão sobre a oferta do Ensino Médio, atendendo ao perfil do estudante dessa etapa. A perspectiva é a melhoria dos processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar com vistas à formação humana, acadêmica e integral dos jovens estudantes do Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. (org). *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Educacionais. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em 20 out. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. *Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 13 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2013*. Anexo I. Brasília: MEC, INEP, 2013a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 17 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador*. Brasília: MEC, 2013b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*. Brasília, 31 jan. 2012, Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 nov. 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www.planalto>.



gov.br/ccivil\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. v. 2. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

CODEPLAN. *Avaliação da Educação Básica no Distrito Federal: uma visão do IDEB*. Brasília: SEPLAN, 2013.

CORTESÃO, L. *Ser professor: Um ofício em risco de extinção? Reflexões sobre práticas educativas face à diversidade, no limiar do século XXI*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. *Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo*. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Lei nº 4.751, de 7 de fev. de 2012a. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal. *Diário Oficial do Distrito Federal*. Brasília, 8 fev. 2012, Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.buriti.df.gov.br/ftp/>>.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos*. Brasília, 2014a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Médio*. Brasília, 2014b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala*. Brasília, 2014c.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Censo Escolar 2012*. Brasília: SEDF, 2012. Disponível em: <[http://www.se.df.gov.br/?page\\_id=6756](http://www.se.df.gov.br/?page_id=6756)>. Acesso em: 17 out. 2013.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Resolução n.º 1/2012 – CEDF*, estabelece normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. Brasília, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Manual de Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal*, 2.ª. Ed – Brasília 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. 5 ed. Brasília: SEDF, 2009.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. *Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação*. Brasília: SEDF, 2008.

ESCOLANO, A. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: VIÑAO, F. A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FERNANDES, R. C. de A. *Educação Continuada de professores no espaço-tempo da coordenação pedagógica: avanços e tensões*. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). *A Escola mudou. Que mude*

a formação de professores. Campinas: Papyrus, 2010.

FERNANDES, R. C. de A. *Coordenação de curso de graduação: das políticas públicas à gestão educacional*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

GEBRAN, M. P. *Tecnologias Educacionais*. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

LANZ, R. A. *Pedagogia Waldorf: caminho para um ensino mais humano*. 10ª ed. São Paulo: Antroposófica, 2011.

OLIVEIRA, D. K; ANTUNES, M. S.; SOARES, B. M. *Saída de campo: atividade que possibilita explorar uma diversidade de conteúdos no meio ambiente*. Anais do II Congresso Internacional de Educação Científica e Tecnológica, Santo Ângelo, RS: URI, 2012.

RAMOS, J. F. P. *Projeto Educativo e Político-Pedagógico da Escola de Ensino Médio: tradições e contradições na gestão e na formação para o trabalho*. 2009. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SANTOS. F.R.V. *Conselho de classe: a construção de um espaço de avaliação coletiva*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVA, E. F. da. *Nove aulas inovadoras na universidade*. Campinas: Papyrus, 2011.

VEIGA, I. P. A. *Técnicas de ensino: por que não?* Campinas, SP: Papyrus, 2011.

VEIGA, I. P. A. *Novas tramas para as técnicas de ensino e de estudo*. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Apêndice A

PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO CURRICULAR EM UNIDADES DIDÁTICAS<sup>15</sup>

Unidade Escolar: \_\_\_\_\_  
 Ensino Médio/Bloco/Ano<sup>16</sup> \_\_\_\_\_  
 Área(s) de conhecimento/Componente(s) Curricular(es): \_\_\_\_\_  
 Dimensões do Multitematramento: \_\_\_\_\_  
 Professor(es): \_\_\_\_\_  
 UNIDADE DIDÁTICA<sup>17</sup>: \_\_\_\_\_

Objetivos de Aprendizagem	Conteúdos Culturais	Eixos Transversais <sup>18</sup>	Estratégias de Ensino-Aprendizagem <sup>19</sup>	Estratégias de Avaliação para a Aprendizagem	Cronograma de trabalho <sup>20</sup>

<sup>15</sup> A unidade didática é formada por uma série ordenada e articulada de atividades que favorece a construção do conhecimento em situações de aula, com vistas ao alcance dos objetivos de aprendizagem.

<sup>16</sup> A unidade didática pode ser planejada para um único componente curricular ou para componentes curriculares de diferentes áreas de conhecimento, procurando fazer a integração possível entre os diferentes conhecimentos.

<sup>17</sup> A unidade didática pode ser organizada a partir de um tema, problema ou questão do contexto social no qual os estudantes estão inseridos.

<sup>18</sup> Eixos Transversais do Currículo da Educação Básica da SEEDF (2014): educação para a diversidade; educação para a sustentabilidade e cidadania e educação em e para os direitos humanos.

<sup>19</sup> A adequação curricular e a CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade) é complementar à CID 10 (Classificação Internacional de Doenças) e está prevista dentro do currículo escolar, contribuindo para superar o enfoque negativo da deficiência. A adequação curricular e a aprendizagem para contemplar os estudantes com Deficiência, TGD e Altas Habilidades.

<sup>20</sup> A unidade didática pode ser planejada para o tempo de uma semana, quinze dias, um mês, um bimestre ou semestre. Essa definição é prerrogativa dos professores.

## Apêndice B



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

### REGISTRO DO CONSELHO DE CLASSE

Ensino Médio

Ano Letivo:

**Unidade Escolar:**

**Ano:**

**Turma:**

**Professor Conselheiro:**

**Representante / Vice:**

	Bimestre	QUANTITATIVO DE ESTUDANTES		
		MATRICULADOS	INFREQUENTES	TRANSFERIDOS
1º Semestre	1º			
	2º			
2º Semestre	1º			
	2º			

Alunos	Alunos
1	20
2	21
3	22
4	23
5	24
6	25
7	26
8	27
9	28
10	29
11	30
12	31
13	32
14	33
15	34
16	35
17	36
18	37
19	38

Total de estudantes aprovados	
Total de estudantes aprovados com dependência	
Total de estudantes reprovados	
Abandonos:	

**1º Semestre - 1º BIMESTRE (00/00/2014 a 00/00/2014)**

**Data de realização do Conselho de Classe: 00/00/2014**

**PRINCIPAIS AVANÇOS E POTENCIALIDADES DA TURMA / ESTRATÉGIAS  
UTILIZADAS:**

**PRINCIPAIS NECESSIDADES OU FRAGILIDADES DA TURMA:**

**ENCAMINHAMENTOS DE AÇÕES:**



ESTUDANTES COM NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM	ESPECIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO PROFESSOR DA TURMA	ENCAMINHAMENTOS

ESTUDANTES QUE APRESENTAM DIFICULDADES DISCIPLINARES	CARACTERÍSTICAS	ENCAMINHAMENTOS

ESTUDANTES QUE APRESENTARAM DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES	CARACTERÍSTICAS	ENCAMINHAMENTOS

ESTUDANTES ATENDIDOS PELOS SERVIÇOS DE APOIO*	TIPOS DE ATENDIMENTOS	OBSERVAÇÕES

\*Orientação Educacional, Sala de Recursos, Coordenação pedagógica, etc.

<b>PARTICIPANTES</b>			
<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>RUBRICA</b>	<b>MATRÍCULA</b>
Matemática			
Língua Portuguesa			
Educação Física			
<b>Bloco I</b>			
História			
Filosofia			
Biologia			
Física			
Inglês			
Ensino Religioso			
Parte Diversificada			
<b>Bloco II</b>			
Geografia			
Sociologia			
Química			
Artes			
Espanhol			
Ensino Religioso			
Parte Diversificada			
Coordenadores			
Orientador Educativo			
Professor			
Sala de Recursos			
Supervisor Pedagógico			
Gestor			

**Anexo 1 – Matriz Curricular Ensino Médio Diurno**

Instituição: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL						
Etapa: Ensino Médio						
Modalidade: Regular						
Regime: Anual						
Módulo: 40 semanas						
Turno: Diurno						
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
			SÉRIES			
			1ª	2ª	3ª	
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa	4	4	4	
		Educação Física	2	2	2	
		Arte	2	2	2	
	Matemática	Matemática	3	3	3	
		Ciências da Natureza	Física	2	2	2
			Química	2	2	2
	Biologia		2	2	2	
	Ciências Humanas	História	2	2	2	
		Geografia	2	2	2	
		Filosofia	2	2	2	
		Sociologia	2	2	2	
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira – Inglês	2	2	2	
Língua Estrangeira – Espanhol		1	1	1		
Ensino Religioso		1	1	1		
Projeto Interdisciplinar		1	1	1		
TOTAL DE MÓDULOS-AULA SEMANAIS			30	30	30	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)			25	25	25	
TOTAL SEMESTRAL (hora-relógio)			500	500	500	
TOTAL ANUAL (hora-relógio)			1.000	1.000	1.000	
OBSERVAÇÕES:						
<ol style="list-style-type: none"> <li>1 Módulo-aula de 50 (cinquenta) minutos.</li> <li>2 O horário de início e término do período letivo é definido pela instituição educacional.</li> <li>3 O intervalo é de 15 (quinze) minutos.</li> <li>4 Será(ão) ofertado(s) Projeto(s) Interdisciplinar(es), além do previsto, na Parte Diversificada, nas instituições educacionais que: <ul style="list-style-type: none"> <li>• não iniciaram o processo de implantação da Língua Estrangeira – Espanhol;</li> <li>• já iniciaram o processo de implantação da Língua Estrangeira – Espanhol e que não têm optantes;</li> <li>• não têm alunos optantes pelo componente curricular – Ensino Religioso;</li> <li>• são tributárias de Centros Interescolares de Línguas.</li> </ul> </li> </ol>						

## Anexo 2 – Matriz Curricular Ensino Médio Noturno

Instituição: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL					
Etapa: Ensino Médio					
Modalidade: Regular					
Regime: Anual					
Módulo: 40 semanas					
Turno: Noturno					
PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA SEMANAL		
			SÉRIES		
			1ª	2ª	3ª
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens	Língua Portuguesa	4	4	4
		Arte	1	1	1
		Educação Física	1	1	1
	Matemática	Matemática	3	3	3
	Ciências da Natureza	Física	2	2	2
		Química	2	2	2
		Biologia	2	2	2
	Ciências Humanas	História	2	2	2
		Geografia	2	2	2
		Filosofia	1	2	2
		Sociologia	2	2	2
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira – Inglês	1	1	1
Língua Estrangeira – Espanhol		1	1	1	
Ensino Religioso		1	--	--	
TOTAL DE MÓDULOS-AULA SEMANAIS			25	25	25
TOTAL DA CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)			20	20	20
TOTAL SEMESTRAL (hora-relógio)			400	400	400
TOTAL ANUAL (hora-relógio)			800	800	800
OBSERVAÇÕES:					
<ol style="list-style-type: none"> <li>Os três primeiros módulos-aula terão a duração de 50 (cinquenta) minutos e os dois últimos, de 45 (quarenta e cinco) minutos.</li> <li>O horário de início e término do período letivo é definido pela instituição educacional.</li> <li>O intervalo é de 15 (quinze) minutos.</li> <li>Será ofertado Projeto Interdisciplinar na Parte Diversificada, em substituição ao componente curricular Língua Estrangeira – Espanhol, nas instituições educacionais que: <ul style="list-style-type: none"> <li>não iniciaram o processo de implantação da Língua Estrangeira – Espanhol;</li> <li>já iniciaram o processo de implantação da Língua Estrangeira – Espanhol e que não têm optantes.</li> </ul> </li> <li>O aluno da 1ª série que não for optante por Ensino Religioso terá mais 1 hora-aula de Filosofia.</li> </ol>					



Secretaria de Estado de  
Educação do Distrito Federal